

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**ESTUDO DA DEMANDA DO IFES *CAMPUS* SANTA TERESA:
PERSPECTIVAS SOBRE O INGRESSO**

ELOI JOSÉ WULPI

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ESTUDO DA DEMANDA DO IFES CAMPUS SANTA TERESA:
PERSPECTIVAS SOBRE O INGRESSO**

ELOI JOSÉ WULPI

Sob a Orientação do Professor
Dr. Aloísio Jorge de Jesus Monteiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do Grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Setembro de 2011**

630.710981

W964e

T

Wulpi, Eloi José, 1957-

Estudo da demanda do IFES Campus Santa Teresa: perspectivas sobre o ingresso / Eloi José Wulpi - 2011.

67 f.: il.

Orientador: Aloísio Jorge de Jesus Monteiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 54-58.

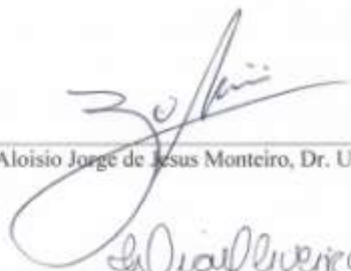
1. Educação agrícola - Brasil - Teses.
2. Ensino profissional - Teses. 3. Educação agrícola - Estudo e ensino - Teses. I. Monteiro, Aloísio Jorge de Jesus, 1957-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

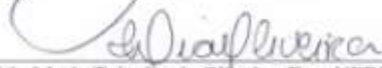
ELOI JOSÉ WULPI

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

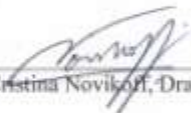
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 15/09/2011.



Aloisio Jorge de Jesus Monteiro, Dr. UFRRJ



Lia Maria Teixeira de Oliveira, Dra. UFRRJ



Cristina Novikoff, Dra. UNIGRANRIO

Dedicatória

*À minha esposa Denizete e aos meus filhos
Liara, Laine e Leone, pelo apoio incondicional.*

AGRADECIMENTOS

A **DEUS**, por ter-me concedido sabedoria e inteligência para trilhar este caminho de crescimento intelectual.

A meus pais, que não mais estão fisicamente presentes, mas que com suas simplicidades e integridades me ensinaram muitas lições de vida digna.

À minha esposa Denizete e aos meus filhos Liara, Laine e Leone, companheiros fieis de todos os momentos, pela compreensão das ausências, renúncias e apoio incondicional.

Aos meus familiares que sempre me apoiaram.

Ao Professor Dr. Aloísio Jorge de Jesus Monteiro, Orientador deste trabalho, pelas orientações, incentivo, dedicação e carinho que sempre dispôs.

Ao Professor Dr. Milson Lopes de Oliveira pela disponibilidade e valiosas contribuições.

Aos Professores Dr. Gabriel de Araújo Santos e Dr^a Sandra Barros Sanchez, Coordenadores PPGEA e demais Professores e Funcionários, pela sabedoria e carinho com que trataram cada um de nós mestrando.

Ao Professor Luiz Marcari Junior, Diretor Geral do IFES Campus Santa Teresa, pelo apoio incondicional e a todos os Servidores desta Casa de Ensino que, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Às Secretarias Municipais de Educação e aos Diretores, Coordenadores e demais Servidores das Escolas dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã, que não mediram esforços para contribuir com este trabalho.

Aos alunos da última série do ensino fundamental, do ano letivo de 2010, das Escolas dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã, seus Pais e Professores, que contribuíram respondendo às pesquisas.

Aos alunos das 1^a e 2^a séries do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, do IFES Campus Santa Teresa, do ano letivo de 2010, pelas suas contribuições.

Aos colegas e amigos do PPGEA e de um modo especial à Denilce, Iraldirene e Ronaldo, companheiros de caminhada.

BIOGRAFIA

Sou natural do interior do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, nascido em 09 de dezembro de 1957, filho dos agricultores Frederico Wulpi e Elzira Maria da Conceição Wulpi, vivi a infância e adolescência no meio rural executando atividades agropecuárias até a conclusão do ensino fundamental.

Estudei em escolas públicas até o Ensino Médio e concluí Graduação Licenciatura em História, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina - ES, no ano de 1984.

Concluí quatro cursos de Pós-Graduação “Lato Sensu” na área de educação, quais sejam: Especialização em Administração Escolar na Universidade Severino Sombra – Vassouras – RJ, no ano de 1989; Especialização em Psicologia Educacional na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patrocínio – MG, em 1991; Especialização em Informática Educativa no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, em 1992 e, Especialização em Planejamento Educacional na Universidade Salgado de Oliveira – RJ, em 1997.

Fui Professor de Ensino Médio nas Escolas de 1º e 2º Graus “Frederico Pretti” e Escola de 1º e 2º Graus “São João de Petrópolis” – Santa Teresa - ES, no período de 1980 a 1985.

Sou servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo *Campus* Santa Teresa desde 1976, onde ingressei como Assistente em Administração. Atualmente ocupo o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais. Minha vida profissional foi toda dedicada ao Serviço Público Federal tendo acompanhando a trajetória desta Instituição sempre desempenhando trabalhos de acompanhamento ao ensino, nas atividades de planejamento, coordenação, controle e avaliação de ações pedagógicas.

Ingressei no curso de Mestrado em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em agosto de 2009, com o objetivo de contribuir, por meio desta pesquisa, para a melhoria do relacionamento entre a Instituição e as comunidades circunvizinhas, motivado pelo desconforto diante dos dados acadêmicos que demonstram uma baixa procura de jovens da região pelo Curso Técnico em Agropecuária do IFES *Campus* Santa Teresa.

RESUMO

WULPI, Eloi José. **Estudo do Papel Sócio-Educativo do Instituto Federal do Espírito Santo *Campus* Santa Teresa**. 2011, 67f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

O objetivo desta pesquisa foi desenvolver um estudo sobre as relações entre a demanda e ingresso de estudantes no Instituto Federal do Espírito Santo *Campus* Santa Teresa. O desenvolvimento deste trabalho se deu pela observação, a pesquisa documental e a coleta de dados, tendo como instrumento o questionário semi-estruturado. O público alvo foi constituído dos alunos matriculados na última série do ensino fundamental das escolas públicas das redes estadual e municipal dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã, seus pais e professores e alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFES *Campus* Santa Teresa. Os questionários aplicados aos alunos do Ensino Fundamental visaram levantar dados sobre as expectativas de continuação dos estudos após a conclusão do ensino fundamental e suas impressões sobre a instituição. Aos alunos do IFES foram direcionadas perguntas sobre os motivos da escolha do curso e perspectivas para continuidade de estudos após a conclusão do Ensino Médio. A pesquisa pretendeu levantar possíveis explicações para responder quais seriam os motivos do baixo número de alunos provenientes das escolas da região circunvizinha, matriculados no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, visando subsidiar a instituição no desenvolvimento de projetos e ações que contribuam para a melhoria deste quadro. Acredita-se que tal expectativa deve associar a estrutura física e de pessoal, disponibilizada pelo governo federal aos jovens que querem seguir a carreira agropecuária, contribuindo assim, para a transformação social e inovação de meios de vida no campo, visando construir e resgatar a cidadania, incentivar a permanência dos jovens no interior e a diminuição do êxodo rural. Conclui-se, com base nos resultados obtidos que existe uma série de motivos que constituem as causas da baixa procura pelo curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFES *Campus* Santa Teresa. Dentre eles torna-se evidente a falta de interesse da maioria dos jovens pelas atividades agropecuárias e permanência no meio rural. Os problemas enfrentados no campo vêm desmotivando agricultores e incentivando os jovens a novas profissões que possam levá-los a melhores condições de vida. A instituição necessita do desenvolvimento de projetos inovadores e de cursos mais atraentes aos jovens, que possam entusiasmar os estudantes à realização de planos de vida afinados com as novas exigências científicas e tecnológicas do mercado de trabalho deste mundo globalizado. A ausência de projetos de extensão que possam atrair os produtores rurais da região, a rejeição pelo regime de internato e a falta de transporte diário, constituem fatores que contribuem para este desinteresse. Os dados apurados fornecem subsídios a ações que possam sanar ou pelo menos minimizar os problemas vivenciados pelo IFES *Campus* Santa Teresa, para tentar restabelecer a credibilidade e confiança na Instituição.

Palavras-chave: Relação demanda/ingresso, Educação no Campo, Educação Profissional.

ABSTRACT

Wulpi, Eloi José. **Study of the Socio-Educational Role of the Federal Institute of Espírito Santo *Campus Santa Teresa***. 2011, 67p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Rural Federal University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2011.

The goal of this research was to develop a study on the relationship between the demand and the enrollment of students at the Federal Institute of Espírito Santo *Campus Santa Teresa*. During the development of this work was given by observation, desk research and data collection through a semi-structured questionnaire as instrument. The target consisted of students enrolled in the last grade of the primary education in state and municipal public schools in Santa Teresa and São Roque do Canaã, their parents and teachers as well as the students from the Integrated Farming Technician School of IFES *Campus Santa Teresa*. The questionnaire applied to elementary school students aimed to collect data on expectations of further studies after the conclusion of primary education and their views on the institution. The questions directed to the IFES students were about the reasons for choosing the course and prospects for further studies after completing high school. The survey sought to raise possible explanations about the reasons for the low number of students from the region's surrounding schools enrolled in the Integrated Farming Technician High School, so as to support the institution to develop projects and actions which may contribute to the improvement of this framework. It is believed that such expectations must involve the physical structure and the personnel which are provided by the federal government to young people who wish to follow a farming career, thus, contributing to social transformation and innovation of the lifestyle in the countryside so as to build and recover citizenship, to encourage young people to stay in the countryside and to reduce rural exodus. Based on the results obtained it is concluded that there are a number of reasons which cause the low demand for the Technical Course in Farming Integrated to High School offered by IFES *Campus Santa Teresa*. Among them it is evident the lack of interest of most of the youngsters in the farming activities and in staying in rural areas. The problems faced in the countryside are discouraging farmers and encouraging young people to new jobs which may lead them to better living conditions. The institution requires the development of innovative projects and courses which are more appealing to youngsters, which may excite them to make living plans in tune with new scientific and technological demands of the job market in this globalized world. The absence of extension projects which will attract farmers in the region, the rejection of the boarding school, and lack of daily transportation are some of the factors which contribute to this lack of interest. The data collected provide grants to actions that may solve or at least minimize the problems experienced by IFES *Campus Santa Teresa*, and to try to restore the credibility and trust of the Institution.

Key words: Relation between Demand/Enrollment, Education in the Countryside, Vocational Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo do número de alunos egressos da 8ª série dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã, total de vagas ofertadas e número de ingressos no IFES <i>Campus</i> Santa Teresa.	4
Quadro 2 - Número de egressos da 8ª série dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã aptos ao ingresso no IFES <i>Campus</i> Santa Teresa e porcentagem deles matriculados no Curso Técnico em Agropecuária.	41
Quadro 3 - Número de questionários aplicados ao público alvo apto ao ingresso no IFES <i>Campus</i> Santa Teresa e percentual de respostas obtidas	42
Quadro 4 - Distribuição dos alunos da 8ª série do Ensino Fundamental dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã por faixa etária em porcentagem.	42
Quadro 5 - Resultados do questionamento sobre o conhecimento das condições de oferta de cursos ministrados pelo IFES <i>Campus</i> Santa Teresa.	43
Quadro 6 - Resultados do questionamento aos alunos se estudariam no IFES <i>Campus</i> Santa Teresa se a decisão fosse deles.	44
Quadro 7 - Justificativas apresentadas pelos alunos que manifestaram interesse em estudar no IFES <i>Campus</i> Santa Teresa.	44
Quadro 8 - Justificativas apresentadas pelos alunos que não manifestaram interesse em estudar no IFES <i>Campus</i> Santa Teresa.	44
Quadro 9 - Resultados do questionamento aos pais sobre a possibilidade de matricular seus filhos no IFES <i>Campus</i> Santa Teresa.	47
Quadro 10 - Justificativas apresentadas pelos pais que manifestaram interesse em matricular seus filhos no IFES <i>Campus</i> Santa Teresa.	47
Quadro 11 - Justificativas apresentadas pelos pais que não manifestaram interesse em matricular seus filhos no IFES <i>Campus</i> Santa Teresa.	47
Quadro 12 - Resultados do questionamento aos professores sobre a possibilidade de indicação do curso do IFES <i>Campus</i> Santa Teresa aos seus alunos.	48
Quadro 13 - Justificativas apresentadas pelos professores que indicariam o IFES <i>Campus</i> Santa Teresa a seus alunos.	48
Quadro 14 - Justificativas apresentadas pelos professores para não indicação do IFES <i>Campus</i> Santa Teresa a seus alunos.	49
Quadro 15 - Distribuição dos alunos da 1ª e 2ª séries do Ensino Médio Integrado do IFES <i>Campus</i> Santa Teresa pesquisados por faixa etária em porcentagem.	50
Quadro 16 - Motivos que levaram os alunos da 1ª e 2ª séries pesquisados a estudar no IFES <i>Campus</i> Santa Teresa.	50
Quadro 17 - Expectativa dos alunos das 1ª e 2ª séries pesquisados, após a conclusão do curso no IFES <i>Campus</i> Santa Teresa.	50

LISTA DE SIGLAS

CEB - Câmara de Educação Básica
CNE - Conselho Nacional de Educação
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
DEA - Diretoria de Ensino Agrícola
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EPA - Escola Prática de Agricultura
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação e Cultura
ONGs - Organizações Não Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAO - Programa Agrícola Orientado
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PLANFOR - Plano Nacional de Formação do Trabalhador
PPGEA - Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola
PROEJA - Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos
PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEA - Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
SEB - Secretaria de Educação Básica
SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	PRESSUPOSTO	5
3	JUSTIFICATIVA.....	7
4	OBJETIVOS.....	9
4.1	Objetivo Geral.....	9
4.2	Objetivos Específicos	9
5	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	10
6	A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	19
7	A EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	24
8	ASPECTOS RELEVANTES DA RELAÇÃO OFERTA/PROCURA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	33
9	METODOLOGIA	37
9.1	Referências e Dimensões da Pesquisa Qualitativa	37
9.2	Desenvolvimento da Metodologia de Trabalho	38
10	RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
12	REFERÊNCIAS	54
13	ANEXOS.....	59
	Anexo A	60
	Anexo B.....	62
	Anexo C.....	64
	Anexo D	66

1 INTRODUÇÃO

O Município de Santa Teresa, principal cenário para o desenvolvimento deste trabalho, foi instalado oficialmente em 22 de fevereiro de 1890 e localiza-se na região central serrana do Estado do Espírito Santo, sendo dividido em seis distritos: Santa Teresa - sede, Alto Caldeirão, Alto Santa Maria, Santo Antônio do Canaã, São João de Petrópolis e Vinte e Cinco de Julho, todos com sedes urbanizadas. Sua economia é basicamente a agropecuária, destacando-se a produção de café, hortaliças, fruticultura e floricultura.

O município possui uma superfície de 695 km² e uma população de 21.815 habitantes IBGE (2010). A população é constituída, em sua maioria, de descendência européia com predominância de italianos, alemães e poloneses. Seu perfil sócio-econômico é predominantemente rural, sendo composto principalmente por pequenas propriedades rurais que desenvolvem a policultura.

Apesar do elevado nível de esclarecimento, os pequenos produtores rurais vêm encontrando dificuldades para acompanhar as transformações econômicas, sociais e culturais, derivadas especialmente do fenômeno da globalização. Observa-se que o consumidor tem se tornado cada vez mais exigente, demandando por produtos de qualidade o que tem obrigado o agricultor a abandonar os métodos empíricos e empregar técnicas científicas de produção, na tentativa de acompanhar as constantes mudanças exigidas pela sociedade atual.

No âmbito educacional, Santa Teresa teve o privilégio de sediar uma das primeiras escolas agrícolas do Brasil, criada em 1940, com a denominação de Escola Prática de Agricultura (EPA) e, quando de sua implantação tinha como finalidade ministrar os cursos de Administrador de Fazendas e Prático Rural, com um ano de duração, para trabalhadores rurais.

Decorridos 70 anos desde sua inauguração, a Instituição passou por várias denominações, enfrentou muitas dificuldades e adotou diversas formas de atuação, chegando finalmente, a uma instituição de ensino técnico e tecnológico. Depois de várias mudanças de denominação e filosofia de trabalho, foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) *Campus* Santa Teresa, pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Apesar de todas as reformas sofridas, o IFES *Campus* Santa Teresa não se desviou de seus principais objetivos, que conforme prescreve seu regulamento interno, é colaborar com o desenvolvimento agropecuário, agroindustrial e de serviços da região, por meio de ações articuladas com o setor produtivo e a sociedade em geral. Por isso, suas ações sempre foram voltadas no sentido de contribuir com os produtores rurais da região e fornecer subsídios ao desempenho de atividades, visando inovar os meios de vida e a permanência do homem no campo, evitando assim, o êxodo rural.

O IFES *Campus* Santa Teresa dista-se 22 km da sede do Município e 100 de Vitória, capital do Estado, situa-se às margens do Rio Santa Maria do Doce, possuindo uma fazenda com 629,87 hectares e uma área construída de 30.299 m².

Os registros históricos mostram que o IFES *Campus* Santa Teresa por muitos anos atraiu grande parte dos alunos residentes no município de Santa Teresa e municípios do entorno, que vislumbravam uma Instituição bem conceituada na sua concepção de educar. Assim, os discentes ao concluírem seus estudos levavam para as suas propriedades rurais os conhecimentos adquiridos dentro das mais modernas técnicas, tendo ali um apoio para a valorização de sua propriedade e o desenvolvimento de projetos visando novas fontes de renda para a família, além de sair preparado para enfrentar o mercado de trabalho. No entanto, esta procura já não é mais potencialmente relevante.

Em busca de possíveis explicações para a redução na procura realizou-se um levantamento sobre a realidade educacional dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã, junto às Secretarias Municipais de Educação constatando-se que em Santa Teresa existem nove escolas que ministram as quatro últimas séries do ensino fundamental, sendo seis delas municipais, duas estaduais e uma particular. No tocante ao Ensino Médio a municipalidade possui quatro escolas: duas estaduais e uma particular, que ministram apenas o Ensino Médio somente na modalidade propedêutico e, uma federal, o Instituto Federal do Espírito Santo *Campus* Santa Teresa, que ministra Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

O Município de São Roque do Canaã, desmembrado do município de Santa Teresa e emancipado política e administrativamente em 1995, cuja sede fica localizada a 10,3 km do IFES *Campus* Santa Teresa, possui uma área territorial de 342 km² de extensão e uma população de 11.287 habitantes (IBGE, 2010). Na sua rede de educação, para as quatro últimas séries do ensino fundamental, conta com seis escolas, sendo três da rede municipal, duas da rede estadual e uma particular. Para atendimento aos estudantes do Ensino Médio, o município possui apenas duas escolas que ministram somente o Ensino Médio Propedêutico, sendo elas da rede estadual.

Os Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã foram escolhidos como campo de pesquisa por constituírem a região de maior abrangência da instituição, de acordo com a sua localização regional.

O IFES *Campus* Santa Teresa é uma Instituição de Ensino amplamente conhecida em nível regional e estadual em decorrência de sua história setuagenária de atuação no campo da educação profissional, tendo contribuído efetivamente para o crescimento tecnológico do Estado do Espírito Santo com egressos atuando em vários setores da economia capixaba. Apesar das dificuldades vivenciadas pelas instituições públicas em geral, sua atuação não tem sido prejudicada por fatores econômicos uma vez que administrou, em 2009, um orçamento anual da ordem de quinze milhões, sendo que quinhentos mil foram produzidos no *Campus* com a venda dos produtos provenientes dos projetos agropecuários. Em 2010, com a transformação em Instituto Federal, a folha de pagamento passou a ser administrada pela Reitoria do Instituto e o *Campus* Santa Teresa recebeu um orçamento de quatro milhões e seiscentos e sessenta mil reais, sendo que quatrocentos e trinta mil foram gerados com a venda dos produtos resultantes dos projetos agropecuários desenvolvidos pelo *Campus*, segundo informações da Coordenadoria Geral de Administração e Finanças do *Campus*.

A Instituição oferece ensino, alimentação e alojamento gratuitos para o ensino médio, possui uma ampla estrutura física e está equipada com os mais modernos recursos para o ensino e a pesquisa. Além disso, possui um quadro de pessoal altamente qualificado, representado por cinquenta e seis docentes efetivos e sete substitutos, sendo dezessete doutores, vinte e oito mestres, quatorze especialistas e quatro graduados; noventa e três técnicos administrativos, sendo dois mestres, vinte e oito especialistas, treze graduados, quarenta e cinco com ensino médio completo e cinco com ensino fundamental; conta ainda, para os serviços de apoio, com setenta e nove trabalhadores terceirizados.

Apesar de todo o potencial do IFES *Campus* Santa Teresa anteriormente relatado ao se analisar as informações disponibilizadas pelas Secretarias Municipais de Educação, sobre a rede Municipal, Secretarias Escolares da Rede Estadual dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã e Coordenação de Registros Acadêmicos do *Campus*, verificou-se que no quadro de alunos matriculados na instituição, no Curso Técnico em Agropecuária nos últimos dez anos, os procedentes destes municípios representam uma quantidade muito pequena em relação aos concludentes do ensino fundamental das comunidades circunvizinhas, levantados nas pesquisas.

Salienta-se que no período de 2000 a 2009 o IFES *Campus* Santa Teresa ofereceu 160 vagas na primeira série do curso Técnico em Agropecuária, que no período de 2001 a 2008 foi ministrado em concomitância com o Ensino Médio, passando em 2009 a ser integrado ao Ensino Médio, principal curso oferecido pela instituição. Ressalte-se que até 2010, esta era a única opção para o aluno concludente do ensino fundamental, mesmo assim de 2005 a 2009, não foi preenchida a totalidade das vagas ofertadas anualmente, fomentando a discussão do papel da Instituição de Ensino no campo sócio-educacional e exigindo uma análise sobre as expectativas das comunidades circunvizinhas sobre os serviços prestados pela referida instituição pública.

Optou-se por delimitar o recorte temporal no período de 2000 a 2009, envolvendo os últimos dez anos, por se entender que ele é representativo haja vista que abrange o período de nove anos em que o curso Técnico em Agropecuária foi ministrado em concomitância com o Ensino Médio e o primeiro ano em que a instituição passou a oferecer o ensino técnico na modalidade de Integrado ao Ensino Médio.

Nesta perspectiva indaga-se: quais seriam os motivos do reduzido número de alunos provenientes das escolas das comunidades circunvizinhas, matriculados no curso Técnico em Agropecuária do IFES *Campus* Santa Teresa de tal forma que a demanda de ingressos é muito baixa, proporcionalmente, ao número de egressos do ensino fundamental (Quadro 1).

Quadro 1 - Demonstrativo do número de alunos egressos da 8ª série dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã, total de vagas ofertadas e número de ingressos no IFES *Campus* Santa Teresa.

Atributo observado	Município	Ano letivo									
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Número de egressos da 8ª série das Escolas dos Municípios	Santa Teresa	353	408	337	258	336	347	286	291	250	250
	São Roque do Canaã	159	158	175	127	178	139	197	144	153	170
Número de alunos egressos da 8ª série matriculados no IFES	Santa Teresa	15	12	10	11	11	13	14	14	15	25
	São Roque do Canaã	0	6	1	2	0	3	1	2	10	17
% de Egressos da 8ª Série dos municípios matriculados no IFES	Santa Teresa	4,25	2,94	2,97	4,26	3,27	3,75	4,90	4,81	6,00	10,00
	São Roque do Canaã	0,00	3,80	0,57	1,57	0,00	2,16	0,51	1,39	6,54	10,00
Total de vagas		160	160	160	160	160	160	160	160	160	160
Total de matrículas no IFES		162	142	166	164	167	146	150	157	138	142

2 PRESSUPOSTO

Acredita-se que a pouca procura pelo Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFES *Campus* Santa Teresa seja reflexo das mudanças na concepção de educação em decorrência das transformações sociais e dos propósitos das políticas públicas de cunho educacional, especialmente aquelas relacionadas com a educação profissional, como vem acontecendo em todo o Brasil, bem como de aspectos intrínsecos ao ambiente escolar, envolvendo relacionamento da instituição com a comunidade, tipo de curso oferecido, existência do regime de internato, dentre outros.

Nos últimos anos o trabalhador do meio rural vem sofrendo com os vários fatores que interferem na produção agrícola das pequenas propriedades. Os problemas gerados pela alteração climática dos últimos tempos, as inovações tecnológicas e exigências comerciais exigem do produtor rural elevado investimento, gerando custos não suportados. Acredita-se que estes fatores podem contribuir para o desinteresse dos jovens pelas atividades na lavoura.

Conforme demonstram os estudos desenvolvidos no Brasil, relacionados aos jovens do meio rural, grande parte deles possui uma atração pelo estilo de vida do meio urbano e preferem tentar a vida na cidade onde há maior oferta de oportunidades e condições mais favoráveis para o trabalho e estudo e, conseqüentemente, para o desenvolvimento profissional e cultural.

Grossi e Silva (2006), afirmam que os estudos demonstram que existe um grande número de pessoas que residem no meio rural e trabalham em atividades não agrícolas, e este número vem só aumentando. Acredita-se que isto ocorre devido às mudanças tecnológicas, facilidade de acesso a condições de moradias economicamente mais viáveis e fuga dos problemas das grandes aglomerações encontradas nas cidades. Este fato pode somar para a falta de interesse dos jovens pelas atividades ligadas à agropecuária.

Ferreira e Alves (2009) argumentam que diferentes estudos mostram que a busca por maiores níveis de escolaridade é um fator importante na saída de jovens do mundo rural para os centros urbanos. No entanto, a educação oferecida nos centros urbanos não prepara o jovem para um retorno ao campo e, raramente, privilegia aspectos que possam ser transpostos ou que valorizem a realidade rural. Além disso, o ensino rural, mais que o urbano, padece de qualidade e, quase como regra, não dispõe de instalações, materiais e equipamentos suficientes e adequados para um bom aprendizado. A educação formal oferecida pelo Estado, além de ser frequentemente precária, está moldada sob uma visão urbana, com conteúdos e métodos de ensino não adequados ao ambiente de vida rural. Portanto, em vez de ser preparado para a vida em seu ambiente de origem, o jovem rural acaba por ser formado para encarar a cidade como opção ideal de vida.

O meio rural está ideologicamente constituído como local carente dos recursos e condições destinados à cultura e informação, é visto como local desprovido de urbanização, comércio e industrialização, com falta de opções para uma vida digna e de progresso. Infelizmente esta ideologia foi difundida e incorporada no homem do campo e, com as barreiras enfrentadas causadas pelos problemas climáticos e dificultadas pela falta de apoio e descaso das políticas públicas com o camponês, ao jovem rural que almeja conquistar seus sonhos de progresso, resta apenas aumentar as estatísticas do êxodo rural.

Uma questão central que vem sendo privilegiada no debate sobre juventude rural é o problema da saída dos jovens do campo. Diversos trabalhos no Brasil e em outros países apontam para a tendência da saída de jovens do campo rumo às cidades. Além das dificuldades de acesso devido às precárias condições de transporte e a distância física dos estabelecimentos de Ensino Médio e Superior, outro fator que pesa na percepção sobre o futuro é a impossibilidade de cursarem o Ensino Superior. Grande parte não possui renda

suficiente para ingressar em uma faculdade privada e a universidade pública é percebida como inatingível, pela falta de preparação suficiente para enfrentar a grande concorrência (CASTRO, 2009).

Temos ainda que considerar outro fator que, provavelmente, vem contribuindo para a falta de alunos no *Campus* Santa Teresa nos últimos anos, que se refere à expansão dos *Campi* do IFES na região. O *Campus* Santa Teresa está geograficamente desfavorável na localização e acesso rodoviário, distando cerca de 22 km da sede do município e a 48 km da BR 101. Fica a cerca de 50 km do *Campus* Itapina, que oferece os mesmos cursos e abrange ainda alunos dos municípios de Itaguaçu e Itarana, que embora façam divisa com Santa Teresa, em determinadas localidades existe maior proximidade e facilidade de acesso para aquele *Campus*.

Com o desânimo dos jovens por cursos ligados à área agropecuária, outras oportunidades surgiram nas proximidades nos últimos anos, sendo que em Aracruz foi inaugurado em 2008, um novo *Campus*, oferecendo os cursos integrados de Mecânica e Química; em Cariacica foi inaugurado em 2006 um novo *Campus* oferecendo os cursos integrados de Administração e Portos. O *Campus* Colatina oferece os cursos integrados de Administração e Construção Civil.

Com a instalação destes novos *Campi* e cursos, cabe ao *Campus* Santa Teresa empenhar esforços para aproveitar a demanda de estudantes das comunidades vizinhas, envolvendo os Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã que constituem a sua área de maior abrangência.

3 JUSTIFICATIVA

Indubitavelmente o produtor rural precisa ampliar seus conhecimentos e de sua família, especialmente o de seus filhos para continuar sua vida no interior com dignidade, apesar das ameaças advindas do mundo tecnológico, haja vista que “as grandes monoculturas eliminaram as pequenas policulturas de subsistência, agravando a escassez e determinando o êxodo rural e a favelização urbana” (MORIN, 2007).

Sobre esta nova tendência e suas implicações Maulini alerta que

Nossas sociedades são, cada vez mais, “Sociedades do Saber”. O trabalho, a pesquisa, a tecnologia, a formação, tudo isso contribui para o desenvolvimento quase exponencial dos conhecimentos. A esfera do conhecido aumenta e, em sua superfície, aumenta o que nos resta conhecer. O fenômeno acontece em escala mundial, evidentemente, sendo encontrado na maioria das áreas de atividade. O pastor que outrora conduzia seu rebanho por meio do saber e do *savoir-faire* transmitidos por seus antepassados. O criador moderno deve conhecer a biologia animal e vegetal, as técnicas de inseminação, os métodos de estabulação, a economia agroalimentar, a contabilidade e o direito (MAULINI, 2005, p.87).

Para enfrentar este novo paradigma é preciso investir em conhecimento, pois como diz Demo (2006), “[...] o conhecimento que inova é o mesmo que envelhece, donde surge a necessidade de renovação constante [...]”. Nesta ótica, diuturnamente, é preciso desconstruir práticas e teorias para renová-las e continuar evoluindo.

Estudos demonstram de que deve haver uma melhor exploração da agropecuária. É dela que surge grande parte dos alimentos para o sustento da humanidade e os jovens precisam conhecer estes caminhos e serem incentivados à novas pesquisa, na tentativa de melhorar o aproveitamento de seus recursos e descobrir formas de vida digna no meio rural. O IFES *Campus* Santa Teresa possui estrutura física e profissionais habilitados e com competência para promover um “ensino de qualidade afinado com as exigências do mundo contemporâneo” (LIBÂNEO, 2006, p.22).

É sabido que as reformas curriculares introduziram consideráveis transformações educacionais, surgindo uma nova visão do ensino e em decorrência da escassez de vagas nas escolas públicas do meio urbano os jovens que procuram o IFES *Campus* de Santa Teresa são provenientes de várias partes do Brasil. Por meio da observação dos registros escolares, percebe-se que na década de 90 os adolescentes dos grandes centros urbanos começaram a buscar as escolas técnicas na tentativa de conquistar uma vaga na escola pública profissionalizante de qualidade, reduzindo as oportunidades dos filhos de produtores rurais que vem perdendo espaço, com isso os estudantes da região se afastaram dando lugar cada vez mais a outros de municípios distantes e que não possuem suas raízes fincadas na agropecuária.

Sendo a Escola um agente de transformação social, que deve promover ações junto às comunidades, propôs-se desenvolver este trabalho de pesquisa investigativa relacionada à atuação do IFES *Campus* Santa Teresa para se identificar as causas do reduzido número de matrículas de alunos oriundos das comunidades circunvizinhas. A pesquisa visa subsidiar o desenvolvimento de ações capazes de garantir um melhor aproveitamento da estrutura física e de pessoal, associando-as aos jovens concludentes do ensino fundamental, para um melhor aproveitamento desta oferta de vagas custeada pelos recursos do governo federal.

Certamente os resultados desta pesquisa subsidiarão o desenvolvimento de outros projetos que possam motivar os jovens a aproveitar esta oportunidade, levando-os a prática de ações que estimulam a busca da cultura e a capacitação para traçar planos que possam melhorar a vida dos pequenos e médios produtores rurais. Espera-se assim, contribuir para o desenvolvimento da agropecuária regional e principalmente das comunidades da região, pois “quando aprendemos, modificamos algum ponto de vista, ganhamos autonomia.” (SENAC, 2005, p.15).

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Diagnosticar as causas do reduzido número de ingressos de concludentes do ensino fundamental nas escolas das comunidades circunvizinhas no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, ministrado pelo IFES *Campus* Santa Teresa.

4.2 Objetivos Específicos

a) Levantar em fontes primárias e secundárias informações sobre os egressos do Ensino Fundamental das comunidades circunvizinhas e de ingressos no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFES *Campus* Santa Teresa;

b) Realizar um diagnóstico junto aos estudantes das escolas das comunidades circunvizinhas, apta a ingressar no Ensino Médio, sobre a possibilidade de estudar no IFES *Campus* Santa Teresa, no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

c) Identificar junto aos alunos já matriculados no IFES *Campus* Santa Teresa os motivos da escolha do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

d) Inferir sobre os motivos da baixa procura pelo curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFES *Campus* Santa Teresa.

5 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A educação brasileira experimentou ao longo de sua história, desde o período jesuítico, até a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), diferentes concepções de ensino, que foram moldadas para servir aos interesses dos grupos ideológicos dominantes. Entretanto, considerando a abordagem desta pesquisa, se aterá ao período histórico iniciado em 1961 quando foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, representada pela Lei nº 4.024.

A LDBEN foi criada com o objetivo de promover a extensão da rede escolar gratuita para atender aos apelos da população e através dela se organizou e regulamentou a estruturação administrativa do ensino. A citada lei determinou a obrigatoriedade de estudos a partir dos sete anos de idade, estabeleceu a plena equivalência do ensino médio nos vários cursos, equiparou seus níveis para fins de prosseguimento de estudos no superior e implantou a possibilidade de transferência do estudante para outro curso e instituição, mediante estudos de adaptação. Também criou as Câmaras de Educação Básica e Superior e foi a primeira norma legal envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino. Atualmente grande parte da Lei encontra-se revogada e/ou alterada, mas foi com esta base legislativa que surgiram as demais normas que regem o atual sistema educacional brasileiro.

Em 1967, pelo Decreto nº 60.731, o ensino agrícola foi transferido da responsabilidade do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação, sendo criada a Diretoria de Ensino Agrícola (DEA). A partir daí adotou-se a metodologia de Escola-Fazenda, apresentada como a grande solução para o ensino agrícola, que se baseava no princípio e lema “aprender a fazer e fazer para aprender”.

Em 1968, através da Lei nº 5.524, foi regulamentada a profissão de técnico de nível médio, conferindo-se a ele o papel de intermediário entre o operário não qualificado e o escalão superior, como representante dos que controlam o poder político e econômico. A formação profissional de nível médio passou a exercer um importante papel no campo das mediações da prática educativa, no sentido de responder às condições gerais de produção capitalista (FRIGOTTO et al., 2005).

Acordos internacionais assinados pelo governo brasileiro demonstram a intenção de ampliar ao máximo o número de matrículas nos cursos técnicos e promover uma formação de mão-de-obra acelerada, nos moldes exigidos pela divisão internacional do trabalho, visando combater a escassez de técnicos no mercado de trabalho e a necessidade de evitar frustração dos jovens que não conseguiam ingressar na universidade nem no mercado de trabalho por não apresentarem uma habilitação profissional. Com o aumento da procura de empregos, acarretada, inclusive, pela rápida urbanização, os empregadores passaram a exigir o nível de escolaridade cada vez mais elevado como modo de seleção preliminar, crescendo assim, a demanda por cursos superiores, cuja pressão acarretou na reforma universitária de 1968 (FRIGOTTO et al., 2005).

Na década de 1960, a corrida à Universidade levou o Ministério da Educação a uma reforma do ensino superior, objetivando dificultar o acesso a ele, alegando que havia necessidade de submeter as diretrizes da escola ao mercado de trabalho, que a ociosidade dos estudantes deixava vácuos de lazer que estariam sendo preenchidos com aventuras políticas, causando assim, as agitações caracterizadas por movimentos revolucionários comandados por jovens estudantes, devido a desvinculação do ensino ao mercado de trabalho, um ensino baseado em generalidades, sem práticas de laboratórios. O Ministério da Educação acreditava que o encorajamento político dos estudantes se dava em razão de estarem livres demais, mesmo que estes movimentos estudantis estivessem ocorrendo em todo o mundo (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003).

Com a reforma do ensino universitário, estabelecida pela Lei nº 5.540/68, como resultado de acordos firmados entre o governo brasileiro e instituições internacionais, que comprometeu a política educacional do país às determinações de um grupo específico de técnicos norte americanos que não comungava com os interesses da maioria democrática, foi dificultado o acesso ao ensino superior para a maioria da população. A mencionada Lei criou a departamentalização do ensino e a matrícula por disciplina, instituiu o curso parcelado, através do regime de créditos, adotou o vestibular unificado e classificatório, eliminando o problema do excedente, assim aquele que, apesar de aprovado no vestibular, conforme a média exigida, não podia efetuar a matrícula por falta de vaga (FRIGOTTO et al., 2005).

O problema da democratização do Ensino Superior foi equacionado pela ditadura militar com incentivo à privatização e na década de 70 o governo admitiu a abertura de cursos de terceiro grau de duvidosa identidade moral, causando ao longo dos anos, uma profunda alteração na vida universitária e na qualidade do ensino, quando quadros de profissionais formados por faculdades fracas começam a adquirir idade para administrar setores importantes do terceiro grau, até mesmo coordenações de pós-graduação (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003).

Em 1971, foi promulgada a Lei nº 5.692, que possuía como objetivo geral a intenção de “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”. A nova LDBEN trouxe grandes avanços para a educação, o curso primário e ginásial foram vinculados e passaram a denominar-se 1º grau, extinguindo-se assim, o exame de seleção que se constituía em uma barreira para o prosseguimento dos estudos, principalmente para os filhos das classes populares. A escolarização inicial gratuita passou a ser dos 7 aos 14 anos de idade. O 2º grau incorporou o colegial e foi estabelecido nele a profissionalização obrigatória. Estabeleceu-se o direito da matrícula por disciplina no 2º grau e o regime de dependência.

Essa Lei tornou obrigatória a profissionalização para o então segundo grau, atual ensino médio, supostamente para eliminar o dualismo existente entre uma formação acadêmica (clássica e científica), destinada à preparação para estudos superiores e outra, profissional (industrial, comercial e agrícola), voltada para o exercício de profissões, além do curso normal, destinado à preparação de professores para as quatro séries iniciais do primeiro grau, antigo ensino primário, que se encontrava em processo de universalização (REGATTIERI e CASTRO, 2009).

De acordo com documento do MEC, nesta ocasião foi consolidada a utilização do Sistema Escola-Fazenda nas escolas agrícolas, considerado pelo Ministério da Educação como uma estrutura de ensino capaz de se adequar às condições da realidade brasileira e por em prática os princípios da nova Lei 5.692/71, na preparação do profissional, qualificando-o para o setor primário da economia. Este sistema tinha agora o objetivo de colaborar na formação de técnicos capazes de solucionar problemas de abastecimento, produzindo gêneros de primeira necessidade e matéria-prima da melhor qualidade e de maneira mais econômica para a indústria, configurando o técnico com um perfil profissional de agente de produção para atender ao mercado de trabalho junto às empresas que prestam serviços para a melhoria das condições de vida do homem do campo.

As Escolas Técnicas Federais praticamente não tiveram problema, pois já se posicionavam como escolas profissionalizantes consolidadas, devido ao grande apoio recebido do governo federal e, com sua estrutura e ambiente favoráveis, abraçaram com toda garra a educação profissional, seus alunos frequentavam atividades práticas, nos campos de culturas, nas seções zootécnicas e nas oficinas, a título de aulas práticas, a fim de praticar a teoria auferida em sala de aula, desenvolviam projetos agropecuários e tinham até

participação financeira na venda dos produtos resultantes dos projetos agropecuários, com base no sistema Programa Agrícola Orientado (PAO).

Saliente-se que as Escolas Agrícolas visavam, além do ensino, a produção de alimentos para o consumo no refeitório dos alunos em regime de internato e o excedente era comercializado nas comunidades circunvizinhas. Estas atividades deram até direito ao aluno de considerar o tempo de “aluno aprendiz” para efeito de contagem de tempo de serviço visando aposentadoria, conforme arquivo documental do Setor de Registros Acadêmicos do IFES *Campus Santa Teresa*.

No entanto, os ditames da Lei nº 5.692/71 estabelecendo a profissionalização obrigatória não foram totalmente aceitos e implantados em todas as redes escolares. Esta modalidade de ensino não foi bem aceita por parte das classes dominantes e as escolas da rede privada não aderiram à mesma, houve grande resistência de alunos e pais à implantação do ensino profissional nas escolas que tradicionalmente preparavam candidatos para o ensino superior e que geralmente eram frequentadas por classes sociais mais elevadas (FRIGOTTO et al., 2005).

Toda essa pressão acabou levando o governo a uma reformulação do ensino, promulgando em 1982, a Lei nº 7.044, que fez a reforma do ensino profissionalizante, tornando-o facultativo no 2º grau. Ao invés da qualificação para o trabalho contida no objetivo geral da Lei nº 5.692/71, passou a ser determinada a preparação para o trabalho como elemento de formação integral do aluno.

Surge então, um novo dualismo diferente da LDBEN de 1961, sendo preservada a equivalência entre o ensino propedêutico e técnico, o que diferenciava agora era o plano de valores dos conteúdos de formação. Na LDBEN de 1961, o preceito era de que o ensino técnico destina-se aos filhos da classe trabalhadora cujo objetivo era o mercado de trabalho e não o ensino superior. A Lei nº 5.692/71 determinava que a carga horária mínima prevista para o ensino técnico de segundo grau era de 2.200 horas e houvesse a predominância da parte de formação especial em relação à geral. Na Lei nº 7.044/82, que extingue a profissionalização obrigatória, considerou-se que nos cursos não profissionalizantes as 2.200 horas pudessem ser totalmente destinadas à formação geral, com isso os estudantes que cursavam o ensino técnico ficavam privados de uma formação básica plena, dando aos estudantes dos cursos propedêuticos vantagens na aquisição de cultura geral e condições de acesso ao ensino superior (FRIGOTTO et al., 2005).

Nas Escolas Técnicas Federais, conforme registram Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a inflexão promovida pela Lei nº 7.044, voltou a valorizar a formação por elas desenvolvida, já que elas seriam as instituições mais adequadas para conferir ao então ensino de 2º grau o caráter profissionalizante, continuando assim, a oferecer um ensino profissionalizante de qualidade, que perdurou até o final da década de 80, mesmo depois do recuo do governo que revogou a obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau. Tais escolas não sofreram nenhuma consequência, porque sempre mantiveram um alto padrão de qualidade no ensino, sendo reconhecidas pelas burocracias estatais e pela sociedade civil, que as isentavam de qualquer questionamento sobre seu papel econômico e social.

A partir de 1967, houve a instalação do Congresso Nacional Constituinte e a sociedade civil organizada, por meio de suas entidades educacionais e científicas, se mobilizava fortemente pela incorporação na Constituição, do direito a uma educação pública, laica, democrática, gratuita e de qualidade para todos. O debate comandado pela comunidade educacional defendia um tratamento unitário que envolvesse desde a educação infantil até o ensino médio e que integrasse educação, trabalho e formação para a cidadania. Uma educação que buscasse romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana na sua totalidade, um ensino que integrasse ciência e cultura,

humanismo e tecnologia, visando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas (FRIGOTTO et al., 2005).

Ao presidente José Sarney, o primeiro governo civil após o período dos governos militares, restou apenas a herança de uma sistema educacional despedaçado e engessado por uma série legislativa, que em parte, tornou determinados setores do ensino comprometidos com a ineficácia e a falta de direção por longos anos, pois nesse processo a implantação de novas regras demanda muito tempo (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2003).

Na década de 90 as forças sociais ditas conservadoras se articulam para implantar outra cultura, denominada pelo governo federal de nova institucionalidade, que implicou em mudanças na forma de dispor da coisa pública, se aproximando ao modelo privado, sendo que as instituições públicas carecem das receitas de sucesso do meio empresarial. Principalmente no que diz respeito à redução dos custos e o atendimento eficiente ao mercado, resgatou-se a concepção neoclássica de desenvolvimento econômico que atribui à educação o papel de desenvolver a capacidade produtiva do trabalhador, produzindo habilidades e atitudes apropriadas às especificidades ocupacionais (MAUÉS, GOMES e MENDONÇA, 2008).

Em 1996 foi promulgada uma nova LDBEN, Lei nº 9.394, estabelecendo que a educação objetiva “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Ela dividiu a educação em dois níveis: educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio e educação superior.

Com a promulgação desta LDBEN nº 9.394/96 e suas alterações regulamentares, as instituições passaram a adotar novo modelo de ensino, muito criticado e rejeitado pela maioria dos professores, tendo em vista que a nova lei não foi totalmente debatida entre a categoria e a maior polêmica era a separação formal do Ensino Médio da Educação Profissional. As disciplinas de Educação Profissional passaram a ser oferecidas separadas da formação geral e ter prioridade na formação do aluno, dando fim ao sistema integrado.

Quando da promulgação da Lei nº 9.394/96 a maioria dos cursos profissionalizantes eram ministrados apenas nas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e quase não havia mais 2º grau profissionalizante no país na rede estadual e municipal, já que a sua obrigatoriedade foi extinta pela Lei n. 7044/82.

O projeto da nova LDBEN passou por grande resistência das mais diversas correntes políticas dentro do Congresso Nacional e da comunidade acadêmica devido a separação entre Ensino Médio e Educação Profissional, pois evidenciava que quaisquer combinação entre o Ensino Médio e a Educação Profissional eram possíveis, assim como a completa separação entre os dois.

A equipe do governo entendeu que com a aprovação da LDBEN n. 9.394/96, poderia livrar-se das resistências populares e, posteriormente, por meio de ato do poder executivo, regulamentar a lei ajustando-a às intenções de seu projeto de reformulação da educação profissional. Assim, o projeto sem muitos detalhes em sua redação, foi aprovado, deixando abertura para que o governo, por meio de decretos, pudesse regulamentar e fazer as devidas adequações de acordo com os projetos de sua equipe (CIAVATTA e FRIGOTTO, 2006).

Em 1997 foi então, assinado o Decreto nº 2.208 que regulamenta a Lei nº 9.394/96 e reforma totalmente a educação profissional, tendo por objetivos principais “promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicos para o exercício de atividades produtivas” e “qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.”

Com a edição do Decreto nº 2.208 é estabelecida a separação entre educação profissional técnica e ensino médio. A educação profissional passou a ser dividida em três níveis: “I - básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; II - técnico: destinado a proporcionar

habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto; III - tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.”

O Decreto nº 2.208/97 trouxe uma nova concepção de educação profissional, não somente proibindo a pretendida formação integrada, mas regulamentando formas fragmentadas e aligeiradas de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado, permitindo o desenvolvimento da capacidade produtiva do trabalhador em uma formação rápida e, conseqüentemente o retorno ao mercado de trabalho em um menor tempo (FRIGOTTO, et al., 2005).

A nova concepção estava equivocada, destacando que é preciso haver uma efetiva integração entre ensino médio e educação profissional visando a formação de um profissional que domine os conhecimentos técnicos exigidos pelo mercado de trabalho, mas que também desenvolva um senso de pertencimento ao contexto social e atue em prol da melhoria de suas condições de vida e do meio social (OLIVEIRA, 2008).

Entretanto, considerando as velozes transformações sociais e tecnológicas da humanidade, faz-se necessária, para a atuação no mercado de trabalho e no meio social em que se vive, uma formação integrada de educação geral para a cidadania e formação técnica com habilidades e competências para conciliar trabalho e vida social.

O Decreto nº 2.208/97 impossibilitava a oferta de cursos integrados, estabelecendo, no seu artigo 5º que “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este”.

Esta determinação levou as instituições de ensino a grandes transformações na sua organização curricular, pedagógica e de estruturação interna para receber dois grupos de alunos totalmente distintos. Os de faixa etária mais elevada que já haviam concluído o ensino médio propedêutico e procuravam o ensino técnico subsequente, e os de faixa etária mais baixa, que haviam concluído o ensino fundamental e procuravam uma escola para ingresso no ensino médio concomitante com a educação profissional.

O Conselho Nacional de Educação, com vistas a cumprir o disposto no Decreto 2.208/97 estabeleceu através do Parecer CNE/CEB nº 17/97, as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional e, posteriormente, as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN para educação profissional de nível técnico, através da Resolução CNE/CEB, nº 04/99, embasado no Parecer CNE/CEB nº 16/99, aprovado na mesma data.

Com a edição do Decreto nº 2.208/97 e outras medidas complementares, o governo pretendia, de forma intencional, livrar-se das resistências da reforma total da educação e minimizar seus efeitos na sociedade através destas medidas educacionais implantadas que provocaram alterações tanto na educação profissional como no ensino médio (CIAVATTA e FRIGOTTO, 2006).

Com os equívocos conceituais em sua redação, o Decreto nº 2.208/97, conseguiu promover grandes alterações tanto na educação profissional como no ensino médio, sem a necessária aprovação do Congresso Nacional (SILVA e INVERNIZZI, 2007).

O modelo de política neoliberalista adotada no Brasil nos últimos governos, com relação à educação, impregnou na sociedade a preferência por cursos rápidos de qualificação profissional, visando atender a oferta do mercado de trabalho. O governo Fernando Henrique Cardoso deixa uma herança fortemente enraizada na sociedade brasileira, produto de mais de uma década de políticas neoliberalistas. No que se refere à formação profissional, essa nova política se materializa na institucionalização de cursos rápidos de educação profissional que passaram a ser a forma dominante de qualificação do trabalhador, tornando assim hegemônica a proposta desintegradora tanto na rede pública como na rede privada (SILVA e INVERNIZZI, 2007).

Outro aspecto importante a destacar, foi a obrigação determinada no artigo 4º, §1º, do Decreto nº. 2.208/97, estabelecendo que “As instituições federais e as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, apoiadas financeiramente pelo Poder Público, que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico em sua programação, abertos a alunos das redes públicas e privadas de educação básica, assim como a trabalhadores com qualquer nível de escolaridade.”

Esta determinação veio reforçar nas instituições mencionadas, uma obrigação já definida na LDBEN, no artigo 42, que estabelece “As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”. A Lei obrigou assim, as instituições públicas federais, estaduais e municipais de educação profissional a diversificarem suas ações e a acolherem, além de seus tradicionais estudantes, um novo quadro de alunos, na sua maior parte trabalhadores excluídos pelos concorridos processos sociais (REGATTIERI e CASTRO, 2009).

Em janeiro de 2003 a sociedade alimentava grande expectativa com a entrada do novo governo, esperava relevantes mudanças na concepção política e social, na retomada de um processo democrático popular que trouxesse mudanças substantivas e, principalmente na educação voltada para os trabalhadores, já que ele representava um partido historicamente comprometido com os interesses da massa trabalhadora e tinha prometido, na campanha eleitoral, defender os interesses da classe operária.

No início do governo Lula é retomada a discussão sobre o ensino médio integrado, com grande expectativa de mudanças sociais em virtude do triunfo eleitoral do partido dos trabalhadores, mas no meio de muito descrédito da sociedade civil com as políticas públicas, quando as organizações sindicais e os movimentos sociais organizados encontravam-se enfraquecidos diante das políticas aplicadas pelos últimos governos. Afinal ao receber como herança um modelo de administração pública neoliberalista, sentiram a necessidade de grandes ajustes na política nacional para atender às expectativas da sociedade brasileira, sendo a principal exigência a transformação deste quadro, que para contorná-lo, demanda muito mais do que pequenos ajustes na política nacional, necessita de grandes mudanças para valorizar o aspecto social em detrimento do financeiro. E esta transformação necessariamente exige longo prazo, pois só surtirá efeito com o resultado de um processo da reforma educacional, levando assim o cidadão brasileiro à mudanças na concepção política e social ao longo dos tempos (SILVA e INVERNIZZI, 2007).

Depois de muita polêmica e desgaste da educação, progridem os debates envolvendo educadores, dirigentes, consultores de sindicatos e ONGs e de instituições científicas e empresariais, surge então, o Decreto nº 5.154/2004, que regulamentou a educação profissional estabelecida na Lei nº 9.394/96 e, ao mesmo tempo, revogou o Decreto nº 2.208/97, instituindo a modalidade de ensino médio integrado com a educação profissional. Começa assim uma nova fase na educação, dando liberdade às instituições de ensino a optarem pelas formas integrada, concomitante ou subsequente, permitindo uma qualificação profissional integrada, visando uma formação completa do aluno, para atuar como um cidadão integrado a uma sociedade política, sem a divisão social e técnica, preparando o jovem para pensar, planejar e coordenar, deixando de abordar apenas a preparação para o trabalho no seu aspecto operacional (CIAVATTA, 2005).

O Decreto nº 5.154/2004 foi resultado de dois grandes eventos sobre educação, o Seminário Nacional de Educação Profissional: concepções, experiências, problemas e propostas e o Fórum Nacional de Educação Tecnológica, com a finalidade de avaliar os efeitos da reforma, que reuniram representantes de instituições públicas e privadas da educação profissional, bem como entidades sindicais e científicas, surgindo aí a revogação do

Decreto nº 2.208/97 e a liberdade das instituições de ensino a organizarem seus currículos de forma integrada ou independente do ensino médio (MAUÉS, GOMES e MENDONÇA, 2008).

O Decreto nº 5.154/2004 propõe uma formação profissional por meio de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio e educação profissional técnica de graduação e pós-graduação. Estabelece ainda uma articulação entre educação profissional técnica e ensino médio nas formas integrada, concomitante e subsequente, possibilitando fornecer ao aluno a certificação no término de etapas, permitindo saídas intermediárias, caracterizando assim, uma qualificação para o trabalho e recuperação da força da LDBEN.

O sistema educacional brasileiro passou a seguir políticas educacionais pautadas na ótica da empregabilidade, no contexto da globalização econômica e do sistema neoliberalista, que não priorizavam a formação de seres humanos conscientes com o compromisso de cidadãos. Com sua superestrutura ideológica, impuseram às escolas currículos que tinham por objetivo principal a aquisição de competência, pautados na lógica de que a qualificação e desenvolvimento de competências formavam a capacidade do indivíduo para o exercício de atividades requeridas pelo mercado de trabalho, que atendam a condições postas para a compra e venda de forças de trabalho (FRIGOTTO et al., 2005).

O Decreto nº 5.154/2004 prescreve que a educação deve ser desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional técnica de nível médio e de educação tecnológica de graduação e de pós-graduação. No ensino a nível técnico a articulação com o ensino médio se dará pelas formas integrada, sendo o curso na mesma instituição de ensino, com matrícula única pelo aluno e ampliação de carga horária; concomitante, constituindo-se de cursos na mesma instituição ou em instituições diferentes, com matrículas distintas, com ou sem convênios de intercomplementaridade, para o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados e ainda subsequente, para cursos destinados a alunos que concluíram o ensino médio, conforme descrevem (REGATTIERI e CASTRO, 2009).

Destaca-se ainda no Decreto nº 5.154/2004, uma abertura das mais relevantes, dando oportunidades a trabalhadores jovens e adultos de retomarem seus estudos em cursos de ensino médio e de educação profissional nas instituições federais de educação tecnológica. Surge então, o Decreto nº 5.478/2005, criando o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) que prevê que as instituições federais de educação tecnológica ofereçam cursos e programas tanto para a formação inicial e continuada quanto para a educação profissional técnica de nível médio, integrados ao ensino médio.

O Decreto nº 5.478 foi objeto de apreciação pelo Conselho Nacional de Educação que, pelo Parecer CNE/CEB nº. 20/2005 que incluiu a educação de jovens e adultos como alternativas para a oferta da educação profissional técnica de nível médio de forma integrada com o ensino médio, proporcionando assim, maior democratização do acesso a trabalhadores de baixa renda e escolaridade básica incompleta às instituições de ensino público (REGATTIERI e CASTRO, 2009).

Em 2006, pelo Decreto nº 5.840 que revogou o anterior, o PROEJA foi ampliado para incluir outras instituições além das federais e a integração com o ensino fundamental, passando a denominar-se Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) estabelecendo a mesma modalidade de ensino obrigatório às instituições da rede federal de educação técnica e tecnológica. Tais instituições tiveram de destinar em 2006, dez por cento das vagas oferecidas no ano anterior para o ensino médio integrado à educação profissional, destinadas a jovens acima de 18 anos e adultos que tinham cursado apenas o ensino fundamental, com o objetivo

de ampliar os espaços públicos da educação profissional para adultos que não tiveram a oportunidade de estudar na época oportuna, buscando assim a universalização da educação básica.

Com a implantação do PROEJA ocorreram novas transformações nas instituições públicas federais. A criação de um novo curso, com um currículo integrado, que pudesse atender estudantes totalmente diferente daqueles que as instituições estavam acostumadas a trabalhar, teve grande repercussão. Os professores não se encontravam preparados para ministrar aulas a alunos adultos, que na maioria, há muito tempo se encontravam afastados da sala de aula, estudantes de um curso noturno, trabalhadores com grande dificuldade de retomar um banco escolar e de arranjar tempo também para os estudos. Mais uma vez houve necessidade de reaprender e se adequar a uma nova situação que foi determinada nos gabinetes, longe da realidade enfrentada pelas escolas.

Em 2004, o Ministério da Educação, como medida complementar à revogação do Decreto nº 2.208/97, através de um acordo entre o governo e empresários, no sentido de qualificar o trabalhador às demandas exclusivas do processo de produção, lançou o Programa Escola de Fábrica, com o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (MAUÉS, GOMES e MENDONÇA, 2008).

Com a promulgação do Decreto nº 5.154/04, esperava-se do Ministério da Educação (MEC) ações para dar prioridade à política de integração que articularia a concepção de ensino médio e educação profissional sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura e, para isso, deveriam ser reformuladas as diretrizes operacionais e revistas as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como outras ações que levassem as instituições ao desenvolvimento de trabalhos dentro desta nova concepção. No entanto, não houve nenhuma ação por parte do MEC para a implantação deste novo modelo de educação. Logo após a promulgação do citado Decreto, houve inclusive ações contrárias a essa concepção, como o lançamento do Programa Escola de Fábrica, um modelo restrito à aprendizagem profissional e a alteração na estrutura organizacional, separando o ensino médio da educação profissional, ficando o primeiro sob a coordenação da Secretaria de Educação Básica (SEB) e o segundo sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) (FRIGOTTO et al., 2005).

O Decreto nº 5.154/2004 deu às instituições de ensino a liberdade na elaboração de seus currículos de forma integrada ou independente do ensino médio. É oferecida a possibilidade para o aluno cursar módulos em diferentes instituições credenciadas pelos sistemas federal e estadual, desde que a conclusão do primeiro e do último módulo não ultrapasse cinco anos.

Em 2005, o Ministério da Educação lançou o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), tendo como prioridade a capacitação de professores da educação básica. Segundo o MEC, seu objetivo foi estimular a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior. Esse sistema é formado por instituições públicas de ensino superior, as quais se comprometem a levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros, tendo por base o aprimoramento da educação à distância, visando ainda, expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. Para isso, o sistema tem como base fortes parcerias entre os governos das esferas federal, estadual e municipal. Apesar da prioridade do programa ser a capacitação de professores da educação básica com a oferta de cursos de licenciatura e de formação continuada, também disponibiliza vários outros cursos superiores nas mais diversas áreas do saber.

O sistema UAB pretendia cumprir suas finalidades e objetivos sócio-educacionais em regime de colaboração com a União, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com pólos de apoio presencial, tendo como principais objetivos dar apoio à formação inicial e continuada

dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica, com vistas a combater as desigualdades regionais e sociais; apoiar e fomentar a oferta de cursos de licenciatura dirigidos a graduados não-licenciados e a licenciados nas diversas áreas de atuação, assegurando aos docentes com nível médio atendimento prioritário à formação superior, ampliando assim, o número de vagas oferecidas em cursos de licenciatura, pedagogia e normal superior ou em programas especiais de formação de professores, em instituições públicas de educação superior, articulando sempre teoria e prática.

As atuais políticas do governo, com relação à educação, visavam ampliar o acesso à educação superior e reduzir as desigualdades da oferta de ensino superior nas diferentes regiões do país, para tanto, investiu-se no desenvolvimento da modalidade de educação à distância com o apoio da Tecnologia da Informação e Comunicação

Em 2008, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, surgindo novas mudanças. A maioria das Instituições teve de investir na preparação e adequação de sua estrutura física e de pessoal, bem como a curricular e pedagógica para receber os alunos de cursos de graduação. Começa então uma nova batalha, os recém criados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia assumem compromisso com o Ministério da Educação do cumprimento de um “termo de acordo e metas”, envolvendo uma série de quesitos, que estão exigindo das instituições grandes desafios.

Há muito tempo nos preocupam as dificuldades enfrentadas pelos gestores e profissionais das escolas em assegurar uma educação de qualidade que garanta aos jovens a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências essenciais para sua vida em sociedade e para o desenvolvimento de sua cidadania. Os estudos evidenciam que os sistemas de ensino ainda buscam encontrar caminhos para garantir o cumprimento das funções estabelecidas para o ensino médio pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional bem como para concretizar os preceitos e orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (REGATTIERI e CASTRO, 2009).

No desenvolvimento deste trabalho, analisou-se o histórico da educação profissional no Brasil e pode se perceber as reformulações que foram necessárias para acompanhar a evolução requerida pelas mudanças sociais e avanços tecnológicos, para permitir a oferta de uma educação atrativa e de qualidade a todos os jovens e adultos.

Um dos principais desafios da educação em nível de ensino médio sempre foi definir o seu significado ideal, se deve ser uma preparação para a passagem ao ensino superior ou uma formação para inserção do estudante na vida profissional. Seja qual for a formação do estudante, ela deve visar sempre um cidadão que domine os conhecimentos científicos ou técnicos, mas, que acima de tudo, tenha uma formação de cidadão consciente e comprometido com o contexto social em que vive, em prol da melhoria das condições de vida no seu meio.

Há necessidade urgente de que as políticas públicas sejam mais comprometidas também com os jovens do interior, além da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, as autoridades devem se empenhar para a melhoria do ensino médio nas escolas da rede estadual de educação, que mantêm a maioria das matrículas neste nível de ensino e estão localizadas em regiões onde a extensão da rede federal ainda não alcança.

6 A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A vida em sociedade propicia o conhecimento, por isso o homem não pode viver solitário porque o aprimoramento dos conhecimentos se dá em grupo, na troca das descobertas. Nesta ótica Delors argumenta:

Nascemos todos egocêntricos. Mas desde a mais tenra idade, vamos progressivamente nos convencendo de que precisamos conviver com os outros se quisermos sobreviver. Os problemas resultantes deste egocentrismo fundamental suscitam muitas dificuldades, conflitos, decepções, ódios até, mesmo no seio de uma mesma família, o que só prova que temos de aprender a viver uns com os outros (DELORS, 2001, p.252).

O homem consciente da realidade em que vive participa da formação da estrutura social do meio e deve ser agente transformador desta estrutura para que ela esteja em constante mudança, se adequando aos níveis do conhecimento que é mutante. Ser capaz de refletir e agir em favor da sociedade é condição imprescindível para assumir uma vida de cidadão consciente e comprometido com a realidade dos tempos. Ele não deve ser um ser social neutro frente ao mundo, aceitando atitudes que interferem em sua comunidade capazes de provocar a desumanização.

A educação é mutável de acordo com o período histórico, sendo o caminho para a transformação social. O homem faz parte desse contexto. É o sujeito de sua história e como tal não pode estar alheio aos acontecimentos sociais (CURY, 1986).

Com a aquisição do conhecimento o homem é levado à reflexão sobre a sua própria existência no mundo e a realidade do meio em que vive. Ele deve deixar a visão ingênua para aderir a uma visão crítica da realidade dos tempos, construindo assim o seu compromisso com a existência de uma forma completa e não somente ideológica. O desenvolvimento da consciência crítica permite ao homem transformar a realidade (FREIRE, 1979).

Neste sentido, toda ação educativa só tem consistência se persuadir o homem a uma análise sobre suas condições culturais. A educação nunca pode ser fora da sociedade humana. “Assim, como não há homem sem mundo, nem mundo sem homem, não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade” (FREIRE, 1979, p.17)

No momento em que o homem se volta para si e descobre a sua autenticidade começa a se preocupar com o seu projeto histórico e quanto mais se insere na apuração de sua história, mais se compromete com os destinos do país, “fugir da concretização desse compromisso é não só negar-se a si mesmo como negar o projeto nacional” (FREIRE, 1979, p.25).

O fenômeno da globalização impõe profundas mudanças na cultura ideológica. O sistema conta com os meios de comunicação de massa e sua capacidade de sedução para disseminar sua concepção de uma sociedade padronizada ideologicamente, em que todos são iguais e podem exercer os mesmos direitos de comprar. Com o cenário que se apresenta, a educação deve funcionar como um mecanismo que objetiva proporcionar ao aluno os esclarecimentos necessários à imunização contra a alienação da ideologia consumista e o desarmamento político ideológico por ela promovido. A falta de educação de qualidade no sistema público de ensino pode facilitar a disseminação de ideologias consumistas e contribuir para a promoção do desarmamento político-ideológico de nossa sociedade, uma vez que a escola, com seus problemas evidentes e sua incapacidade de bem formar, pode causar queda na capacidade crítica do indivíduo. Assim, a educação precisa ser igualmente sedutora para alcançar o objetivo de formar um cidadão dotado de percepções, análise e enfrentamento dos elementos ideológicos que lhe são apresentados (RAMOS, 2010).

Na atualidade não existe mais uma formação acabada, o indivíduo está em constante mudança e precisa se adaptar a este tempo, aprimorando conhecimentos, se atualizando constantemente, mas também precisa de uma base de conhecimento intelectual que lhe permita ter domínio próprio do seu saber para buscar novas informações que o coloquem em condições de acompanhar as transformações sociais.

É necessário aprender a conviver, desenvolvendo o conhecimento a respeito dos outros, de sua história, tradições e espiritualidade. E a partir daí, criar um novo espírito que, graças a essa percepção de nossa crescente interdependência e a uma análise compartilhada dos riscos e desafios do futuro, conduza à realização de projetos comuns ou, então, a uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos (DELORS, 2010).

Como consta do Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI) do IFES, às rápidas mudanças expostas e exigidas pela sociedade atual, levam as instituições à busca de respostas, mesmo que transitórias, à relevante questão de como preparar o profissional para a complexa sociedade contemporânea. Então torna-se necessária a organização política e educacional para a promoção de uma formação contínua e abrangente de profissionais inseridos numa realidade mutante, em que as competências requeridas passam pela capacidade de liderança, iniciativa e comunicação e exigem atualização permanente, visão geral e específica do seu ofício (PDI-IFES, 2009).

Diante das necessidades da sociedade e do mercado de trabalho, as instituições de ensino são levadas a contribuir com outras formas de educação, procurando formar o educando com conhecimentos mais flexíveis e desenvolvimento da consciência crítica, para se compreender a necessidade constante de buscar novos saberes e adequá-los ao meio em que vive. O aluno precisa ser preparado não apenas para a vida profissional, mas também ter uma formação generalizada, para compreender o humano principalmente no enfoque da sua “unidade na diversidade e sua diversidade na unidade.” (MORIN, 2007, p.55).

Salienta ainda Morin, a respeito do assunto

As democracias do século XXI serão cada vez mais confrontadas ao gigantesco problema decorrente do desenvolvimento da enorme máquina em que ciência, técnica e burocracia estão intimamente associadas. Esta enorme máquina não produz apenas conhecimento e elucidação, mas produz também ignorância e cegueira. Os avanços disciplinares das ciências não trouxeram apenas as vantagens da divisão do trabalho, trouxeram também os inconvenientes da hiperespecialização, do parcelamento e da fragmentação do saber. [...] quanto mais somos envolvidos pelo mundo, mais difícil é para nós apreendê-lo. Na era das telecomunicações, da informação, da internet, estamos submersos na complexidade do mundo, as incontáveis informações sobre o mundo sufocam nossas possibilidades de inteligibilidade (MORIN, 2007, p.110)

O conhecimento das informações ou dados isolados não são suficientes para compreender o todo. “É preciso situar as informações e os dados em seu contexto para que adquiram sentido. Para ter sentido, a palavra necessita do texto, que é o próprio contexto, e o texto necessita do contexto no qual se anuncia” (MORIN, 2007, p.36)

A aprendizagem deve ser ao longo de toda a vida e despertar a curiosidade, desenvolver a autonomia, estimular o rigor intelectual e criar as condições necessárias para o sucesso da educação formal e permanente. Sobre a necessidade de uma constante atualização na vida do ser humano Delors (2001) ressalta com sabedoria que

A educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas à medida que aumenta o papel que desempenha na dinâmica das sociedades modernas. Este fenômeno tem várias causas. A divisão da existência em períodos

distintos - o tempo da infância e da juventude consagrada à educação escolar, o tempo da atividade profissional adulta, o tempo da aposentadoria – já não corresponde às atividades da vida contemporânea e, ainda menos, às exigências do futuro. Hoje em dia, ninguém pode pensar adquirir, na juventude, uma bagagem inicial de conhecimentos que lhe baste para toda a vida, porque a evolução rápida do mundo exige uma atualização contínua dos saberes, [...] (DELORS, 2001, p.103).

O homem é o centro das pesquisas, ele pode refletir sobre si mesmo e colocar-se numa certa realidade, é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como ser inacabado, que está em constante busca de novos conhecimentos (FREIRE, 1979). Este renomado educador assim argumenta:

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens. Não posso por isso mesmo, burocratizar meu compromisso de profissional, servindo, numa inversão dolosa de valores, mais aos meios que ao fim do homem. Não posso me deixar seduzir pelas tentações míticas, entre elas e da minha escravidão às técnicas, que, sendo elaboradas pelos homens, são suas escravas e não suas senhoras (FREIRE, 1979, p.20).

O conhecimento, além ser mutante, é incerto, não há verdade absoluta e quanto mais se adquire conhecimento, mais se compreende este fato. “A educação deve mostrar que não há conhecimento que não esteja, em algum grau, ameaçado pelo erro e pela ilusão.” (MORIN, 2007, p.19).

A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos. O homem, por ser inacabado, incompleto, não sabe de maneira absoluta. Somente Deus sabe de maneira absoluta (FREIRE, 1979, p.28).

É comum ao ser humano apresentar resistência às mudanças, pelo fato de ter que sair da acomodação e se readaptar ao novo. Mas o ser humano somente cresce quando enfrenta desafios que exigem raciocínio ou alteração da rotina. Conquista-se o saber através da superação dos conhecimentos. Quando tudo está muito certo e organizado, seja na mente ou no ambiente, tem-se que ter cuidado, pode-se parar de crescer. A mudança causa transtorno de alguma forma, desconstrói-se tudo para construir em outro nível mais elevado.

Sobre o tema Morin traz importante contribuição:

O inesperado surpreende-nos. É que nos instalamos de maneira segura em nossas teorias e idéias, e estas não tem estrutura para acolher o novo. Entretanto, o novo brota sem parar. Não podemos jamais prever como se apresentará, mas deve-se esperar sua chegada, ou seja, esperar o inesperado (MORIN, 2007, p.30).

E quando a mudança se instala, nem sempre é dada a opção de rejeição, o melhor a fazer é rever as teorias e idéias em vez de deixar o fato novo entrar a força, pois quando ele é reconhecido e aceito, condiciona-se o cérebro para o aprendizado e crescimento.

A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém (FREIRE, 1979, p.28). O cidadão precisa aprender a aprender, ser autodidata, possuir o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, sentir a

necessidade de uma busca constante da renovação para se adequar ao meio e ao tempo em que vive.

A formação geral, alicerce para o conhecimento específico, caracteriza-se no desenvolvimento do raciocínio para o exercício da memória, permitindo ao cidadão desenvolver a capacidade de processamento de informações de forma mais rápida e, quanto mais se exercita, mais se desenvolve a capacidade. O desenvolvimento do cérebro deve ser de forma constante e permanente, ao longo de toda a vida.

No modelo de mercado profissional atual onde o trabalho manual vem sendo substituído pelos incrementos da tecnologia, torna-se cada vez mais imprescindível uma formação intelectual, dando condições ao cidadão de desenvolver, além das atividades existentes, capacidade de adaptação a outras que ainda estão por vir e, às relacionadas ao planejamento, coordenação e controle.

A sociedade educativa baseada na aquisição, atualização e utilização dos conhecimentos, que são funções relevantes no processo educativo, levando em consideração o desenvolvimento da tecnologia da informação e a multiplicação das possibilidades de acesso a dados e fatos, deve permitir que todos possam coletar, selecionar, ordenar, gerenciar e utilizar esse volume de informações e servir-se dele (DELORS, 2010).

Ainda afirma Delors, no relatório para a UNESCO, ao tratar dos elementos básicos para aprender a conviver:

[...] considerando as rápidas alterações suscitadas pelo progresso científico e as novas formas de atividade econômica e social, é inevitável conciliar uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um reduzido número de assuntos. Essa cultura geral constitui, de algum modo, o passaporte para uma educação permanente, à medida que fornece o gosto, assim como as bases, para aprender ao longo da vida. Além da aprendizagem continuada de uma profissão, convém adquirir, de forma mais ampla, uma competência que torne o indivíduo apto para enfrentar numerosas situações, algumas das quais são imprevisíveis, além de facilitar o trabalho em equipe que, atualmente, é uma dimensão negligenciada pelos métodos de ensino. [...] no século XXI, todos nós seremos obrigados a incrementar nossa capacidade de autonomia e de discernimento, acompanhada pela consolidação da responsabilidade pessoal na realização de um destino coletivo (DELORS, 2010, p.13-14).

Outra forma de conhecimento exigida atualmente é a de relacionamento social na empresa, constituindo-se de respeito à convivência com as diferentes culturas e individualidades. Aprender a viver junto depende muito mais da personalidade de cada um do que dos conhecimentos adquiridos, mas, com o conhecimento, o indivíduo passa a compreender a diversidade da espécie humana e toma consciência da vida em sociedade, percebendo a necessidade de adequação de sua personalidade às realidades da vida e de grupos de relacionamento.

A educação proporciona ao ser humano a liberdade de pensamento, discernimento, sentimento e imaginação de que necessita para desenvolver a sua própria personalidade e modo de viver na sociedade (DELORS, 2001).

Com toda esta necessidade de levar a escola a desempenhar bem o seu papel diante de tantas transformações, a instituição deve desenvolver seus próprios meios para o desempenho de suas atividades da melhor forma possível, como bem coloca Bruno:

No âmbito interno das escolas, é fundamental promover formas consensuais de tomada de decisões, o que implica a participação dos sujeitos envolvidos,

como medida de prevenção de conflitos e resistências que possam obstruir a implementação das medidas consideradas necessárias (BRUNO, 2008, p.40).

Frigotto e Ciavatta (2006) alegam que as transformações ocorridas no Brasil nos anos 90 como um processo histórico comandado por uma revolução passiva, considerada como transformismo ou modernização conservadora, têm mantido intactas as estruturas sociais e de poder que geram as desigualdades sociais, o aumento da concentração de renda de grupos dominantes e a degradação da qualidade de vida da classe trabalhadora, que fica sempre subordinada aos domínios do capital. O país continua crescendo como economia capitalista e se ajustando ao comando do capitalismo e às consequências são vistas cada vez mais crescentes, resultando no desemprego, pobreza e violência, causados pelos problemas de desigualdades sociais.

Autoridades e especialistas apontam que só por meio da educação, o cidadão poderá melhorar a sua forma de vida na sociedade e interferir para que o mundo seja melhor para todos, mas o sistema econômico brasileiro continua gerando a desigualdade social e impedindo o acesso e permanência na escola de grande parte da população.

7 A EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Constituição Federal de 1988 estabelece, no seu artigo 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

O artigo 208 da Constituição Federal de 1988 estabelece que o Estado garante a oferta gratuita de serviços escolares durante oito anos em um nível de ensino fundamental, ao mesmo tempo a ser compulsoriamente frequentado por crianças consideradas em idade própria. Em 1996, a Emenda Constitucional número 14 fixou a progressiva universalização do ensino médio gratuito. Mais recentemente, a Emenda Constitucional número 59, de 2009, refere-se a uma educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para quem não teve acesso a essa educação na idade própria (OLIVEIRA e SANTANA, 2010).

Com o direito do cidadão, adquirido por meio da Constituição, em que o Estado deve garantir educação a todos, houve a necessidade da criação e regulamentação de normas complementares a fim de se estabelecer a igualdade de direitos aos indivíduos que compõem as diversas classes sociais.

Oliveira e Santana afirmam que:

O direito à educação depende diretamente da atuação do Estado no suprimento de serviços de educação escolar. No Brasil, desde o Império, com o Ato Adicional de 1824, a educação foi-se deslocando do *status* de dever do cidadão para a condição de meta governamental civilizatória apontada pelos políticos liberais e, posteriormente, passou a ser vista como direito universal. A Constituição da República de 1988 reafirmou o direito universal à educação e estabeleceu mais detalhadamente as formas em que o dever do Estado com a educação será cumprido, a exemplo do regime de colaboração entre unidades federadas. O Estado brasileiro não cumpre plenamente seus deveres constitucionais em muitos campos, inclusive em educação (OLIVEIRA e SANTANA, 2010, p.193).

Com a universalização do ensino público garantindo escola para todos, em especial o ensino fundamental, dado seu caráter obrigatório, entraram em cena outros fatores que limitam o acesso ou a permanência da população na escola. Neste sentido, na organização da estrutura educacional surgem obstáculos difíceis de serem ultrapassados, causados pela desigualdade social, que provocam a exclusão e que só vem crescendo nos últimos tempos, reconhecidos como problemas sociais que estão sendo levados para a escola.

Os grandes problemas enfrentados pela educação brasileira são gerados por diversas questões sociais surgidas com o avanço dos tempos e que são atribuídos ao sistema educacional, que não consegue acompanhar a evolução. Até na própria legislação e normas que regem o ensino são percebidas as dificuldades de adaptação, considerando as exigências de rápidas mudanças e a burocracia encontrada na maioria dos serviços públicos, que, às vezes, não chegam a colocar em prática novas exigências devido à defasagem do material produzido e a falta de qualificação dos profissionais.

Com a política de ampliação da rede escolar e da expansão da oferta de vagas para dar oportunidade de escolarização a todos, estão sendo vencidos os obstáculos que impediam o acesso à escola. No entanto, surgem novas barreiras relativas ao prosseguimento dos estudos desses novos usuários da escola pública, visto que não tinham as mesmas experiências culturais dos grupos que tinham acesso à escola anteriormente, e esta não se reestruturou para receber a nova população. Dessa forma, os obstáculos à democratização do ensino foram

transferindo-se do acesso para a permanência com sucesso no interior do sistema escolar (OLIVEIRA e ARAUJO, 2005).

Na atualidade, até mesmo os setores mais conservadores da política nacional reconhecem que os graves problemas sociais extraescolares interferem negativamente no acesso, na trajetória e no desempenho dos alunos procedentes de famílias de baixa renda e nunca foram olhados como prioridade pelas políticas públicas ou pelas ações de significativos segmentos das elites. Exige-se assim uma saída urgente para uma educação de qualidade em todos os níveis sociais (CURY, 2008).

É evidente que a distribuição de renda no país determina o acesso dos estudantes na escola, mas sua permanência em sala de aula depende da qualidade do ensino ministrado pelas instituições, da satisfação familiar e das expectativas disponibilizadas pelo Estado, para uma melhoria da qualidade de vida, o que a escola, com os seus problemas evidentes, nem sempre pode oferecer.

Após a Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, nos últimos anos, a educação básica no Brasil vem passando por problemas bastante complexos, dada as constantes mudanças na legislação que a regulamenta, os avanços tecnológicos, os problemas sociais levados para a escola e as políticas públicas e programas adotados pelos órgãos governamentais com relação ao sistema econômico e educacional brasileiro, que constituem fatores que causam o caos da educação nacional.

Nos últimos tempos, em decorrência da universalização do ensino fundamental que se realizou no Brasil, como políticas de primeira ordem, a escola se viu envolvida com a responsabilidade de promover a aprendizagem de todos os alunos, independentemente da origem social e das condições culturais ou financeiras das famílias, que foram obrigadas a matricular seus filhos. Para prestar conta à sociedade, a escola, mesmo sem nenhuma inovação na estrutura física e de pessoal, sob o argumento do custo-benefício, teve que criar formas para absorver todos os estudantes e controlar os dados de repetência, evasão e exclusão. A permanência do aluno dentro do sistema escolar passou a ser considerada uma grande vitória e a educação, além de direito básico começou a ser entendida também como uma prestação de serviços pelo Estado à população (MARCHELLI, 2010).

O rendimento escolar dos alunos e a permanência ou não ao longo da trajetória escolar são tidos como função de um conjunto de fatores. As pesquisas e análises estatísticas sempre chegam às mesmas conclusões: o fator sócioeconômico sempre tem o peso maior na determinação das diferenças e, em seguida estão os fatores ligados à educação dos pais. As pesquisas demonstram ainda, que ao contrário do que se poderia desejar, a escola pública frequentada pelos filhos da classe trabalhadora, desde seus aspectos físicos e materiais, até as condições de trabalho do corpo docente é amplamente precária. Os recursos financeiros são distribuídos de forma desigual, as instituições estão em estado precário de funcionamento, levando os profissionais a não desempenharem com a devida dedicação suas atividades de ensino (FRIGOTTO, 1984).

A sociedade brasileira necessita hoje da construção de um sistema nacional de educação que permita atingir toda a população com a mesma qualidade, respeitando-se as diversidades regionais e os grupos sociais. A educação pública responde pela escolarização de mais de 90% da população brasileira na educação básica, ocorrendo o inverso no ensino superior, onde cerca de 85% das matrículas estão sob a responsabilidade da iniciativa privada. Mas ainda falta muito para atingir a universalização do atendimento escolar, mesmo para as crianças de 5 a 14 anos de idade, faixa etária em que o ensino é obrigatório, são mais de dois milhões fora da escola. Os índices de evasão e repetência permanecem elevados, provocando um aumento significativo na taxa de distorção idade-série. De cem alunos que ingressam na Educação Básica, apenas 59 conseguem terminar a 8ª série do Ensino Fundamental e somente 40 chegam ao final do ensino médio de forma regular. Este índice se agrava nas regiões mais

pobres. Na maioria dos estados do Nordeste, o índice de conclusão do Ensino Fundamental é inferior a 40% (HADDAD, 2008).

Neste contexto aparecem as causas do insucesso da educação. Uma delas é a necessidade de buscar trabalho. Entre os jovens, 16% dos que terminam o Ensino Fundamental não ingressam no ensino médio. E entre os que ingressam mais da metade concluirá a Educação Básica depois de atingir a maioridade. A expansão das vagas no Ensino Fundamental e Médio ajudou a baixar as taxas de analfabetismo para jovens e adultos com 15 anos ou mais, mas os números ainda continuam altos e o maior índice é encontrado na região Nordeste. Em todas as regiões os números têm forte correlação com o fator renda, atingindo um índice maior entre a população mais pobre (HADDAD, 2008).

Regattieri e Castro (2009) relatam seus comentários com base em resultados de pesquisas realizadas a nível nacional

Um estudo a considerar é a caracterização do jovem brasileiro como jovem trabalhador: no Brasil há mais jovens de 15 a 24 anos trabalhando do que estudando. À medida que aumenta a faixa etária diminui drasticamente a quantidade dos que estudam, e cresce a inserção dos jovens no mercado de trabalho, geralmente de forma precária e no emprego informal. Destacamos um indicador crescente no Brasil e no mundo, um fenômeno social surpreendente: a grande quantidade de jovens dos 15 aos 17 anos que não estudam e nem trabalham. A pesquisa do IBGE mostra um número crescente de adolescentes que não trabalham e não procuram trabalho, e também não estudam, nem procuram as instituições escolares. Além de dificuldades na oferta e no acesso à educação, isso pode significar que esses jovens não incluem nem o trabalho, nem o estudo como referência de seu projeto, sua estratégia de vida. No Brasil estamos falando de 8 milhões de jovens. (REGATTIERI e CASTRO, 2009, p.97-98).

Há outro número nas estatísticas que deve ser considerado preocupante que é o elevado índice de analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que tem entre um e quatro anos de escolaridade e que não possuem o pleno domínio da leitura e escrita, que atinge o maior índice na população acima de 14 anos de idade. Esta realidade aponta para uma falsa impressão corrente na sociedade brasileira de que o Ensino Fundamental foi universalizado. No Brasil, grande parte das pessoas de 7 a 14 anos está estudando, mas a precária qualidade do ensino junto à baixa qualidade de vida dessa população e as péssimas condições das instituições de ensino fazem com que os alunos não consigam completar sua escolaridade, criando um novo tipo de exclusão social e educacional, provocada não mais pela ausência de vagas, mas sim pela incapacidade de adquirir uma escolaridade adequada às mínimas exigências. Mesmo frequentando os bancos escolares, grande parte da população jovem e adulta sai da escola com incapacidade de ler e escrever com autonomia (HADDAD, 2008).

O combate à reprovação com políticas de aprovação automática, ciclos e progressão continuada e programas de aceleração da aprendizagem, que incidem sobre os índices de produtividade dos sistemas, geram um novo problema, uma vez que esses mesmos índices deixam de ser uma medida adequada para aferir a qualidade do ensino. Se existem políticas e programas que induzem a aprovação, a tarefa de aferir a qualidade num sistema pelo índice de conclusão torna-se mais complexa (OLIVEIRA e ARAUJO, 2005).

O fator que mais contribuiu para este quadro foi a abertura de mais vagas com menos recursos por vaga, o que transformou a escola pública em uma escola pobre para pobres. Os estudantes e os grupos mais vulneráveis que a frequentam sempre estão em desvantagem. Opostamente, as escolas de Ensino Superior de melhor qualidade são públicas, onde a maioria das vagas é ocupada por alunos com maior poder aquisitivo que, em sua maioria, cursaram o

ensino médio em escolas particulares ou frequentaram cursos preparatórios para vestibular (HADDAD, 2008).

O ensino médio tem assumido um lugar relevante na pauta das políticas educacionais no Brasil, com presença constante na mídia. Essa exposição permanente traz o risco de tornar naturais seus problemas e fracassos sem, entretanto, desenvolver uma política pública consistente e com soluções capazes de colaborar na superação da crise que hoje caracteriza esta etapa final da educação básica (CASTRO e REGATTIERI, 2009).

As transformações ocorridas no Brasil nos anos 90 constituem um processo histórico coordenado por uma revolução passiva ou modernização conservadora. Este processo mantém as estruturas sociais e o poder de gerar a desigualdade, o aumento da concentração de renda e a degradação da qualidade de vida da classe trabalhadora. Aumenta a subordinação da burguesia nacional aos centros homogeneizantes do capital mundial. As políticas concentram-se no controle da inflação, estabilidade econômica e superávit, para gerar confiança aos investidores. Os resultados são vistos como o aumento do desemprego, pobreza, desigualdade social e conseqüentemente, a violência (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2006).

A exclusão social é uma característica marcante no desenvolvimento histórico brasileiro e intensificou-se no final do século XX devido ao resultado de políticas neoliberais que foram sendo adotadas, paulatinamente, pela maioria dos governos que sucederam a ditadura militar, no contexto do desenvolvimento da globalização em escala mundial (SILVA e INVERNIZZI, 2007).

As oportunidades educacionais são privilégios das camadas médias e altas da sociedade, que se beneficiam do ensino privado e de algumas escolas públicas de qualidade, principalmente às da rede federal, enquanto as camadas mais pobres têm dificuldade de acesso e permanência na escola, muitas vezes não ultrapassando as séries iniciais do ensino fundamental, seja pela repetência ou pela evasão.

As razões para esta realidade educacional passam por variáveis internas ao sistema, como o modelo de gestão, a formação dos professores, a remuneração dos profissionais da educação, as formas de avaliação do sistema educacional e a infraestrutura escolar. Há ainda as variáveis externas, como as condições socioeconômicas das famílias, a subnutrição, precárias condições de saúde dos alunos, a necessidade das crianças ingressarem no mercado de trabalho e a falta de suporte educacional dos pais (HADDAD, 2008).

Com todos estes problemas, o professor sente dificuldades para facilitar a aprendizagem dos alunos. Com a falta de boas condições de trabalho e salários adequados para as atualizações, muitos são levados a abandonar a carreira ou a se sentirem frustrados diante da incapacidade de acompanhar a evolução, tendo em vista que não tiveram uma formação adequada, pois as universidades ainda não incorporam ao ensino todas estas mudanças requeridas para a formação de um docente que consegue executar com entusiasmo e segurança a difícil tarefa de educar.

As autoridades educacionais brasileiras vêm tentando implantar novos sistemas de avaliação da educação nacional, na expectativa de buscar soluções para a melhoria da qualidade do ensino. Oliveira e Araujo tecem seus comentários a respeito dos recentes indicadores de qualidade adotados no Brasil

A educação brasileira vem incorporando um terceiro indicador de qualidade, relativamente novo entre nós, mas difundido em outros países há mais tempo, particularmente nos Estados Unidos, que é a qualidade indicada pela capacidade cognitiva dos estudantes, aferida mediante testes padronizados em larga escala, nos moldes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão, para o Ensino Superior.[...] Essa forma de aferição da qualidade ainda encontra muita resistência entre

os profissionais da educação, porque não faz parte da nossa história e da nossa cultura educacional pensar a qualidade enquanto medida, apesar da importância socialmente atribuída aos exames vestibulares na difusão de certo padrão de qualidade de ensino.

Apesar da resistência dos profissionais da educação à aferição da qualidade mediante os testes padronizados, em relação ao ensino fundamental, etapa obrigatória de escolarização, os resultados permitem a constatação de que a ampliação do acesso não eliminou as fortes desigualdades regionais e internas dos próprios sistemas. (OLIVEIRA e ARAUJO, 2005, p. 12)

Grande parte das escolas públicas não oferece boas condições físicas e não estão aparelhadas para o trabalho escolar, não possuem bibliotecas, laboratórios de ciências ou de informática, quadras esportivas e conexão com a internet, principalmente no meio rural das regiões mais pobres do país, onde a escola teria de exercer a função de assegurar um mínimo de igualdade de oportunidades. Diante desta realidade do sistema educacional brasileiro, constata-se que há necessidade urgente de se corrigir as distorções, visando a igualdade educacional, levando os benefícios da escola às camadas mais necessitadas da sociedade, pois, na atual situação, o ensino não atinge a todos e não está servindo para corrigir diferenças de qualquer natureza de grande parte da população, ao contrário do que se imagina, vem contribuindo para aumentar a desigualdade social, ofertando as piores condições para os menos favorecidos (HADDAD, 2008).

O Brasil precisa melhorar o sistema nacional de educação, colocando-o dentro dos padrões básicos de qualidade, visando garantir aos profissionais da educação condições de desempenhar um trabalho adequado e, aos estudantes, disponibilidade de oportunidades de melhoria nas condições de vida, pois os recursos públicos colocados à disposição da educação estão sendo mal gerenciados e distribuídos de forma desigual e injusta, é necessário reavaliar esta situação, objetivando dar oportunidade aos menos favorecidos e ajudar na correção das desigualdades sociais (HADDAD, 2008).

A vida do ser humano e o seu bem estar na sociedade, bem como o desenvolvimento social do Estado, dependem da educação que o indivíduo recebe, caracterizada pela educação familiar e pela formação básica escolar, que lhe permita desenvolver conhecimentos para interpretar conscientemente a vida em sociedade, mas depende, sobretudo, das oportunidades disponibilizadas pelo Estado, caracterizadas pela organização e execução de políticas sociais, para garantir vida digna e proporcionar ao indivíduo, no mínimo, trabalho que lhe permita qualidade de alimentação, saúde, educação, habitação e transporte.

“Na medida em que o emprego é encarado como um direito de integrar-se ao consumo, à vida e ao futuro, firma-se a idéia de que se o mercado privado não oferece emprego, o Estado tem a obrigação de fazê-lo” (FRIGOTTO, 2005, p.7).

O Estado precisa tornar o mundo mais acessível a todas as camadas da sociedade, principalmente à juventude, garantindo oportunidades de estudo e trabalho que permita ao cidadão contribuir, por meio de sua produtividade, para o crescimento da economia, provocando assim, condições de retorno em benefícios sociais para o bem estar de todos.

A juventude qualificada chegará à idade adulta em condições de alcançar maior produtividade, gerar maiores riquezas, receber renda mais alta, pagar mais tributos e cumprir o papel que lhe cabe num círculo virtuoso. Deste modo, investir hoje na juventude representa uma garantia para as gerações vindouras, cujos estudos já demonstram sua diminuição populacional relativa, em face do aumento progressivo do número de idosos. É amplamente conhecido que muitos jovens, ao ingressarem precocemente no trabalho, deixam de efetuar investimentos educacionais em si mesmo, dessa forma renunciam melhores resultados posteriores em termos ocupacionais (GOMES, 2010).

Outro fator importante que necessita de atenção das políticas públicas é a relação do homem com a natureza. Diante dos problemas ambientais enfrentados, as instituições de ensino carecem de incluir em suas atividades pedagógicas, para a formação do aluno, práticas de educação ambiental e conscientização de preservação da natureza, visando uma formação que possibilite ao educando a tomada de consciência no exercício de suas funções quanto à responsabilidade de suas ações para a diminuição do impacto ambiental.

Entende-se como necessárias determinadas posturas no caminho da gestão ambiental como desenvolvimento de ações de Educação Ambiental através do ensino formal, visando uma formação que possibilite aos educandos e egressos a tomada de consciência quanto ao impacto das ações exercidas, em qualquer atividade sobre o meio ambiente. Para isso, deve haver uma forte certeza quanto ao caminho a ser seguido e ao envolvimento dos gestores, corpo docente, discente e pessoal de apoio ao ensino no planejamento dessas ações. Deve haver um maior comprometimento de toda a comunidade interna quanto às ações de ordem práticas como coleta seletiva de lixo, descarte de resíduos, equipamentos e materiais, dentre outros, por meio de sensibilização e capacitação a serem implementadas com o apoio de professores, alunos e servidores já engajados na temática (PDI-IFES, 2009).

O PDI ainda orienta que estas ações podem ser desenvolvidas por meio dos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC), articulando ensino, pesquisa e extensão, por meio de eventos que focam a temática educação ambiental ou por meio de apoio a programas e eventos de conscientização e preservação da Mata Atlântica, cadastramento de espécies nativas; preservação, reutilização e combate ao desperdício de recursos hídricos; proteção e recuperação de nascentes e conservação do solo. Ainda pode-se trabalhar a promoção de boas práticas agrônômicas para os projetos agropecuários, oportunizando treinamento aplicado aos funcionários, orientando-os quanto aos procedimentos ambientalmente corretos no exercício de suas funções, fazendo com que se tornem responsáveis pelas práticas conservacionistas em seu ambiente de trabalho.

O homem precisa conhecer melhor o mundo e por meio da educação, através da reorganização dos ensinamentos, recorrendo às ciências da natureza e as ciências sociais, ele deve compreender as relações que ligam o ser humano ao meio ambiente e formar a capacidade de julgar para poder compreender a crescente complexidade dos fenômenos mundiais e dominar o sentimento de incerteza que suscita, precisa adquirir um conjunto de conhecimentos, relativizar os fatos e revelar sentido crítico perante o fluxo de informações (DELORS, 2001).

Com este conjunto de informações que as escolas devem tentar passar ao aluno, estabelecendo a sua própria forma de ensinar, sem ferir os ditames da Lei, é prudente que se inclua em suas atividades uma bagagem de conhecimentos associada a uma formação de ser humano consciente da realidade, que vai muito além do que as Leis, Decretos e Regulamentos, que geralmente são desenvolvidos fora de uma vivência real, vem estabelecendo.

Essas novas exigências trazem dificuldades às instituições de ensino, que sentem a necessidade de dar conhecimento ao aluno sobre essa diversidade de informação, necessitando de atualização constante nos equipamentos e recursos humanos para garantir ao aluno uma formação profissional adequada aos padrões da atualidade, esbarrando sempre na escassez de recursos financeiros e exigências burocráticas encontradas nos serviços públicos do país.

A educação nos dias atuais exige muita dedicação dos profissionais para enfrentar as dificuldades impostas pelas aceleradas mudanças no contexto social, que colocam sob a responsabilidade da escola atribuições que não compete a ela. Houve nos últimos anos um processo de inibição das responsabilidades educativas de outros agentes de socialização, destacando a família como o caso mais significativo, que devido à incorporação da mulher no

trabalho e a redução do número de horas no convívio familiar, teve que deixar para as instituições de ensino um conjunto de valores básicos que, tradicionalmente, eram transmitidos na esfera familiar e, a escola não tem recebido o apoio do Estado para suportar esta carga de responsabilidade que lhe é atribuída (NÓVOA, 1991).

A escola, ao lado da família e do meio social mais amplo, tem um papel fundamental. É uma das esferas de produção de capacidade de trabalho. Por isso, é ela objeto de tantas discussões e de propostas de reestruturação. Numa sociedade cheia de contradições cada vez mais agudas, a esfera ideológica assume grande importância enquanto elemento de concordância social (BRUNO, 2008).

A família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação e assegura, por isso, a ligação entre o efetivo e o cognitivo, assim como a transmissão dos valores e das normas. As suas relações com o sistema educativo são, por vezes, tidas como relações de antagonismo e em outros casos, a família encara a instituição escolar como um mundo estranho que não consegue compreender. Por isso, um diálogo entre professores e pais se faz indispensável, para um desenvolvimento harmonioso da criança associando educação escolar e familiar (DELORS, 2001).

O grande desafio da escola atual é conseguir acolher uma população cada vez mais heterogênea, proporcionando-lhe uma educação de qualidade que inclua os conhecimentos, as atitudes e os valores que são necessários para inserção do indivíduo na vida social (OLIVEIRA, 2009).

Sobre o assunto Morin aduz que

A cultura é constituída pelo conjunto de saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores e mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. [...] existe em cada cultura um capital específico de crenças, idéias, valores, mitos e, principalmente, aqueles que unem uma comunidade singular a seus ancestrais, suas tradições, seus mortos (MORIN, 2007, p. 56).

No mundo inteiro se exige dos sistemas educativos que façam mais e melhor. Solicitados por todos os lados, devem dar respostas às exigências do desenvolvimento econômico e social, considerados graves no caso das populações mais pobres. Devem, também, dar respostas às exigências culturais e éticas cuja responsabilidade lhes cabe assumir. Tem de vencer os desafios da tecnologia com os seus riscos. Todos esperam algo da educação. Todos põem a esperança na educação (DELORS, 2001).

Governos, pais, alunos, empresas e toda a sociedade esperam que, através da educação, todos os problemas da sociedade sejam resolvidos, mas, grande parte dos profissionais que nela atuam encontra-se desapontada e desnorteada. “Porém, a educação não pode fazer tudo e algumas das esperanças por elas suscitadas transformar-se-ão em decepções. É preciso que se façam opções que podem ser difíceis, sobretudo quando está em causa a equidade e a qualidade dos sistemas educativos” (DELORS, 2001, p.168).

Os sistemas educativos não podem responder indefinidamente a uma procura que aumenta constantemente. Nas condições que atuam, não conseguem acatar o que prescreve a legislação, atender simultaneamente e dar as mesmas oportunidades de educação a todos, respeitar as diversidades dos gostos e das culturas, e dar respostas a todos os tipos de exigências (DELORS, 2001).

A Lei de diretrizes e bases da educação nacional em vigor estabelece que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Estabelece ainda, “que o

ensino deve ser ministrado com base na igualdade de condições, liberdade de aprender e ensinar, de pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.”

A Lei garante ensino fundamental obrigatório e gratuito estendendo esta obrigatoriedade ao ensino médio, educação especial, educação para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, dentre outras facilidades que permitem a todo cidadão, independente da faixa etária, se inserir no meio estudantil, vinculando esta educação ao mundo do trabalho e à prática social, permitindo assim, educação para atendimento da diversidade humana.

No exercício do seu direito à educação da forma que a lei determina, surge uma grande adesão da massa ao sistema de ensino e passam a existir novos problemas qualitativos para a educação, que exigem reflexão profunda e alteram a rotina das instituições educativas, alargando suas funções na sociedade para além das atribuições de ensino, um deles é o aumento do número de alunos nas escolas originários de culturas e níveis sociais diversos e o outro está associado às mudanças na estrutura do sistema educacional. Problemas estes, que o Estado, a escola, os professores e especialistas não dão conta de resolver. As constantes mudanças no sistema educacional causam instabilidade nos currículos escolares e ações pedagógicas, desgastam a imagem da escola e dos profissionais que nela atuam e provocam uma grande insegurança para pais, alunos e professores.

Os problemas que envolvem a sociedade hoje, não podem mais ser deixados à porta da escola, a pobreza, a fome, a violência e as drogas entram com os alunos nos estabelecimentos de ensino, quando até há pouco tempo ficavam de fora com as crianças não escolarizadas. Espera-se dos professores que obtenham sucesso nos esclarecimentos aos alunos, além destes problemas e das atribuições de ensinar os conteúdos programáticos, um conjunto de questões sociais, onde pais, instituições religiosas e poderes políticos falharam muitas vezes. Devem ainda os professores, “encontrar o justo equilíbrio entre tradição e modernidade, entre as idéias e atitudes próprias da criança e o conteúdo dos programas.” (DELORS, 2001, p. 154).

Praticamente todas as escolas promovem debates para alunos e pais, sobre as mudanças sociais que afetam as crianças, os jovens e, conseqüentemente, as escolas e as famílias. O objetivo dos encontros é conscientizar as famílias e alertar as que são omissas em relação à educação de seus filhos, sobre suas responsabilidades na educação, que no discurso de alguns educadores, constitui uma das principais causas dos problemas escolares. Mas, “uma coisa é valorizar a participação dos pais na vida escolar dos filhos; outra é apontar como principal problema da educação escolar a falta de participação das famílias” (CASTRO e REGATTIERI, 2009, p. 35).

As reformas no sistema educacional, exigidas pelas profundas transformações sociais, estão sendo olhada com grande descrença por todos. Os professores necessitam redimensionar seu papel perante a nova sociedade, que mudou o seu olhar sobre a educação não lhe depositando mais esperanças de um futuro melhor.

A crise no sistema educacional brasileiro vem sendo agravada, as constantes mudanças na legislação, que não chegam a uma conclusão definitiva sobre o ensino médio e educação profissional, provocam conseqüências graves para as instituições de ensino que devem apenas seguir as receitas prontas que lhes são impostas pelo processo do sistema educacional, sem levar em consideração as peculiaridades e tendências de cada unidade educacional.

Ciavatta comenta que:

A reforma do ensino médio e profissional dos últimos anos certamente trouxe implicações para a identidade das escolas. Por ter sido um processo no qual as escolas tiveram que se inserir, sem a opção do contrário, suas identidades foram afrontadas por um projeto não constituído por elas próprias, mas por sujeitos externos. A contradição vivida esteve na obrigação de apropriarem-se desse projeto como seu. Nisto, novas identidades foram também se tecendo. Cabe saber até que ponto as

comunidades escolares têm consciência disso, qual a memória que preservam e qual a história que constroem sobre si próprias CIAVATTA (2005, p.98).

A experiência tem mostrado que se a escola executa trabalhos sociais, indo ao encontro das famílias dos alunos, principalmente em visitas domiciliares, os educadores se deparam com situações e problemas de várias ordens, alcoolismo, drogas, violência, precariedade das condições das moradias, necessidade de atendimento médico, trabalho infantil doméstico etc. Esses problemas extrapolam a função dos educadores e causam-lhes uma sensação de impotência que os fragiliza emocionalmente (CASTRO e REGATTIERI, 2009).

Castro e Regattieri, nas contribuições para os problemas da escola e das famílias, ainda ressaltam que

Não se espera que a Educação resolva todos os problemas sociais. A Assistência Social do município geralmente tem a atribuição de formar a Rede de Proteção Integral para crianças e adolescentes, conforme prevê o ECA. As Secretarias de Educação e as escolas são uma parte estratégica desta rede de proteção, especialmente porque têm contato cotidiano com as crianças e jovens e, por meio deles, também com suas famílias. O papel dos agentes educacionais é identificar as demandas e encaminhá-las aos serviços de apoio social existentes no município/bairro, estruturados especificamente para as necessidades não escolares, por exemplo: grupos de alcoólicos anônimos, programas de erradicação de trabalho infantil, serviços de saúde etc. (CASTRO e REGATTIERI, 2009, p.45)

Apesar de todas as suas limitações, a escola ainda é vital para o trabalhador e para seus filhos, na medida em que ela se apresenta como uma alternativa concreta e possível de acesso ao saber, disponível a todos. E é só a partir das pressões que a sociedade poderá estabelecer o seu interior, aliada aos esforços dos intelectuais progressistas é que a classe trabalhadora poderá forçá-la à democratização (KUENZER, 1985).

Diante das atuais circunstâncias em que se encontra o sistema educacional brasileiro, com todos os problemas sociais enfrentados, que são colocados sob a responsabilidade do sistema educacional, resta aos profissionais que nele atuam e, que exercem suas atividades por amor à profissão, aprimorar conhecimentos para lidar com estas inovações da melhor forma possível, partindo da conscientização da humanidade, principalmente dos jovens estudantes que formarão a nova sociedade e poderão ser formadores de opiniões para a reivindicação, junto às autoridades educacionais e políticas, de condições para se ter uma educação de qualidade, adequada aos padrões da atualidade.

8 ASPECTOS RELEVANTES DA RELAÇÃO OFERTA/PROCURA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A escolha de um caminho profissional para o jovem é um momento difícil, em que aumenta a angústia do adolescente em relação à escolha profissional, que pode causar-lhe grandes conflitos, deixando-o incerto e inseguro do caminho profissional a seguir. Ele depara-se com as questões próprias da fase adolescente que se juntam aos problemas causados pela globalização mundial, levando-o a grande ansiedade para o enfrentamento das novas descobertas e dificuldades em decidir sobre a escolha da profissão (SZAJDENFISZ, 2008).

As profissões da atualidade vêm sofrendo constantes mudanças, sendo adequadas às inovações científicas e tecnológicas. O perfil do profissional requerido hoje pelo mercado sofre constantes transformações para se adequar às modernas empresas, sendo muito diferente do que havia há algumas décadas. Acabou a empregabilidade e a fidelidade a uma única empresa. Exigem-se profissionais com autonomia e adaptabilidade, que acumulem em seu currículo uma ampla variedade de experiências. O que se verifica no mundo empresarial de hoje é um aumento de rotatividade, gerando o fim da estabilidade e o consequente desemprego, exigindo do trabalhador muita flexibilidade, versatilidade e a necessidade de uma atualização constante, que o coloque em condições de ingressar em diferentes trabalhos durante a sua vida profissional produtiva (SZAJDENFISZ, 2008).

Com as profundas transformações sociais, culturais, científicas e econômicas do mundo contemporâneo, não existe mais um trabalho certo, a educação brasileira tem sofrido reformas que fogem ao modelo tradicional. Os jovens depararam-se com uma diversificada relação de ofertas de cursos que levam às mais variadas ramificações e, às vezes, saem em busca de cursos mais valorizados, de escolhas que possam lhes dar status e bom retorno financeiro, não levando em consideração as tendências de sua vocação profissional. Nesta fase, sentem-se angustiados em sua escolha profissional e às vezes causam até uma desestruturação na própria família, que se sente com receio de interferir e provocar maiores problemas (SZAJDENFISZ, 2008).

A exigida qualidade total e o consumismo desenfreado da população, em que tudo se torna rapidamente obsoleto, leva as empresas a uma reorganização contínua e acelerada para poder acompanhar a evolução e manter-se no mercado, demandando, consequentemente, por profissionais atualizados e afinados com as novas exigências sociais e tecnológicas.

Os adolescentes são cobrados pelas famílias e pela sociedade, exigindo-se deles uma grande preparação acadêmica e de cursos complementares, que os coloquem em condições de atenderem a este complexo conjunto de exigências para as futuras projeções do mercado profissional, que lhes garantam inclusão na sociedade. Já não existem mais regras definidas e duradouras, atualmente o meio social e produtivo exige do sujeito maior capacidade de adaptação e flexibilidade diante das mudanças constantes das metas a serem alcançadas, causadas pelas exigências do mundo globalizado. Tem que se ter um permanente equilíbrio frente às novas exigências do meio que afetam todos os níveis da vida social, o que promove um estado de permanente transitoriedade (SZAJDENFISZ, 2008).

O jovem do meio rural fica ainda mais desprovido destas condições já que as ofertas não são feitas nas pequenas cidades do interior, levando os adolescentes do campo que almejam acompanhar a evolução, a migrarem para os grandes centros à procura de oportunidades que possam colocá-los em condições de igualdade de competição no mercado de trabalho.

Ferreira e Alves (2009) dizem que a situação desfavorável da educação entre os jovens rurais é evidente quando comparada com a dos jovens urbanos. Os obstáculos de ordem econômica e cultural estão presentes, como a escassez de recursos financeiros da família, que

não lhes permite a manutenção dos filhos neste complexo mundo da atualidade nos ambientes urbanos; a necessidade da presença mais permanente de jovens nas atividades agropecuárias; as dificuldades de acesso à escola pelas longas distâncias e falta de transporte ou precárias condições das estradas; e o desinteresse pelo estudo, tendo em vista que os conteúdos das disciplinas não estão adaptados à sua realidade social. Contudo, ainda com maior peso está o entendimento de muitos jovens e, principalmente de seus pais, de que para ser agricultor não é necessário estudar.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (2007), a taxa de analfabetismo da juventude rural é de 4,08%, mais de seis vezes superior à urbana, que é de 0,64%. O número médio de anos de estudos entre os jovens rurais é de 6,5 anos, enquanto entre os urbanos ultrapassa os nove anos. Se considerarmos somente a zona rural, é notável a diferença de escolaridade entre rapazes e moças. Estas apresentam uma taxa de analfabetismo de 1,45%, contra uma taxa masculina de 6,4%.

A maioria dos produtores rurais da região desenvolve suas atividades na propriedade utilizando os membros da família como mão de obra, caracterizando assim a agricultura familiar, sendo que grande parte das propriedades é desprovida de recursos tecnológicos. Não tiram do terreno recursos financeiros suficientes para o investimento em melhorias, não tendo com isso, um bom índice de produtividade, levando os agricultores mais jovens à procura de outras atividades.

No atual contexto de crise da agricultura familiar e dos processos econômicos que vem transformando o meio rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural constituiu a faixa demográfica que é diretamente afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura (CARNEIRO, 1998).

A preocupação com o êxodo rural é um assunto que vem movimentando órgãos governamentais e pesquisadores que tentam buscar formas de incentivar a permanência de pessoas no meio rural para evitar os impasses causados pelas aglomerações nos grandes centros urbanos, no entanto, as tentativas desenvolvidas não têm obtido completo sucesso. Os grandes centros urbanos estão abarrotados de jovens que deixam o meio rural em busca de melhores condições de vida, tentando conciliar trabalho e acesso a qualificação profissional, na expectativa de melhoria das condições de vida.

A escola do campo precisa ser um instrumento de preparação do jovem para a permanência no espaço rural. Ela precisa ter uma proposta política pedagógica voltada para a valorização das especificidades da vida neste contexto, tendo os educandos como participantes da construção e transformações das condições de vida no meio rural. Estas transformações significam trazer para o meio rural as condições de atendimento das necessidades básicas da vida humana como saúde, educação, saneamento básico, dentre outros, e possibilitar o acesso à informação e inserção no mundo tecnológico e globalizado atual (QUEIROZ, 2009).

A vida no meio rural torna-se cada vez mais difícil, os jovens ficam sem perspectivas de trabalho e enfrentam problemas das mais variadas ordens. Grande parte deles que vive no interior ainda sente dificuldade de acesso à informação devido à carência de infraestrutura nas escolas e nas regiões, disponibilizadas pelo poder público, tornando os meios de comunicação economicamente inviáveis para a maioria da população rural.

Abramovay e Castro enfatizam a importância da infraestrutura para o bom desempenho das atividades escolares

Um ensino de qualidade não depende apenas do trabalho docente com os alunos. O espaço, a infraestrutura, as instalações e os recursos que a escola

oferece a alunos, professores e demais integrantes da comunidade escolar são suportes importantes ao processo de ensino e aprendizagem. Em primeiro lugar, porque uma escola ampla, organizada, equipada e limpa cria um ambiente favorável ao trabalho, motivando a equipe escolar em suas atividades cotidianas. Segundo, porque um ambiente confortável beneficia o aprendizado dos alunos, na medida que oferece os recursos e as condições para que os jovens desenvolvam seu potencial (ABRAMOVAY e CASTRO, 2003, p.279).

A escola no meio rural nunca recebeu tratamento em condições de igualdade com a escola dos grandes centros urbanos pelas autoridades do poder público, ela sempre foi olhada como merecedora de políticas públicas em segundo plano, recebem atendimento por meio de programas e campanhas emergenciais, sem uma assistência de continuidade. Os professores quase sempre trabalham em condições precárias e, devido ao engessamento do sistema educacional, passam para o aluno uma formação descontextualizada da realidade.

O resultado das investigações a respeito dos jovens do meio rural mostra a necessidade de políticas públicas específicas para o campo, voltadas ao incentivo e apoio à permanência do jovem no espaço rural. A migração está muito relacionada à falta de oportunidade no espaço rural de origem, deixando o jovem inseguro quanto a sua instabilidade financeira. Neste contexto, o espaço urbano surge como uma possibilidade de melhores condições de vida, por meio da carteira assinada, salário mensal fixo, ainda que muitas vezes precário, e da possibilidade de, no futuro, voltar ao espaço rural e viver dignamente usufruindo dos recursos financeiros adquiridos, o que em muitos casos não passa de uma ilusão (QUEIROZ, 2009).

São muitos os problemas que atingem a propriedade rural, entre eles destacam-se os de alterações climáticas causados pelo aquecimento global, que provocam a falta de definição das estações e atingem diretamente os pequenos produtores, levando-os a investir em técnicas de proteção e irrigação adequadas, encarecendo assim os custos de produção e provocando a desestabilização financeira, tornando inviáveis algumas atividades agropecuárias. Somam-se a estes, o desafio de vencer os requisitos e exigências burocráticas para colocar seus produtos no mercado.

A propagação das pragas e doenças nos animais e na lavoura constitui outro problema, que leva os agricultores a busca de constantes controles e cuidados, tudo isto contribui para elevar os custos de produção, que nem sempre são suportados, levando os produtores ao desânimo e encaminhamento de seus filhos para outras atividades profissionais.

No meio rural, existe uma grande instabilidade financeira, devido à falta de uma regularidade nas receitas, o volume de trabalho é grande devido à questão climática e as atividades são consideradas pesadas, sacrificantes, que pode até trazer problemas à saúde do trabalhador. É possível perceber que a permanência dos sujeitos jovens no espaço rural está ligada estritamente às condições de sobrevivência no lugar de origem. A ausência de estabilidade financeira garantida por uma renda fixa coloca os jovens atuantes neste contexto à margem da decisão de ficar ou partir do meio rural (QUEIROZ, 2009).

Ferreira e Alves (2009) dizem que na comparação entre o modo de vida urbano e o rural, frequentemente, os jovens consideram a agricultura mais negativa que positiva. Entre os aspectos negativos indicados pelos jovens, destacam-se a ausência de férias, fins de semana livres e horários regulares de trabalho. A atividade agrícola é considerada árdua, penosa e difícil, submete os trabalhadores ao calor, ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis, os rendimentos são baixos, irregulares e aleatórios.

Por outro lado, existem também outros fatores que contribuem para a permanência do jovem no campo, como a segurança em termos de moradia e alimentação, as perspectivas de projetos de desenvolvimento da unidade de produção, com possibilidades de acesso a

melhores níveis de renda e qualidade de vida e, na agricultura familiar, a autonomia do agricultor, que não depende de um patrão (FERREIRA e ALVES, 2009).

Fato marcante no Brasil é o surgimento de uma nova ruralidade nas últimas décadas, expressada principalmente pelo crescimento de populações com residência rural, mas com ocupações em atividades fora da agricultura. A dificuldade crescente na aquisição da casa própria no meio urbano, aliadas ao avanço das facilidades nos meios de transporte, tem feito com que o meio rural seja uma opção de moradia cada vez mais interessante para boa parte da população. O número de construções residenciais no meio rural, onde existe uma forte dinâmica imobiliária, vem crescendo, sendo grande parte delas para uma segunda moradia das famílias urbanas de rendas média e alta, em chácaras e sítios de lazer no interior e outra parte para moradia da população menos favorecida. Dessa forma, o meio rural também tem se tornado o espaço apenas para a moradia, revelando assim uma de suas novas funções, além da produção de alimentos (GROSSI e SILVA, 2006).

As entidades de apoio aos agricultores têm lutado junto aos líderes governamentais para garantir segurança aos pequenos produtores rurais, pois sabem que a agricultura familiar desempenha papel fundamental para o crescimento da economia e da melhoria das condições de vida do povo brasileiro, eles são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos básicos que abastecem o mercado interno e são consumidos pelo povo brasileiro, contribuindo para que o país diminua ou evite fazer a importação de alguns destes produtos, pois as grandes propriedades rurais destinam sua produção ao mercado externo e dão prioridade ao cultivo de monoculturas como milho, soja, sorgo, algodão, e outras culturas que não fazem parte da base alimentar do povo brasileiro (FERREIRA, 2008).

Apesar de todo o empenho das autoridades, ainda há uma grande carência de políticas públicas de apoio ao pequeno produtor rural e incentivo à permanência dos jovens no campo, dando a eles condições de uma vida digna como produtor rural.

Grande parte dos jovens que vivem no interior ainda sente dificuldade de acesso à cultura, informação e lazer, devidos à carência de infraestrutura nas escolas e nas regiões, disponibilizadas pelo poder público. Retirar o sustento da lavoura fica cada vez mais difícil, assim os jovens ficam sem perspectivas de trabalho e enfrentam sérios problemas das mais variadas ordens que os leva ao desânimo pela permanência no meio rural.

9 METODOLOGIA

9.1 Referências e Dimensões da Pesquisa Qualitativa

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa e o método indutivo, por perceber-se, nas buscas bibliográficas, que ela se enquadrou perfeitamente ao que se pretendeu alcançar neste trabalho.

Os vários autores que tratam da pesquisa qualitativa não divergem em suas opiniões e definições, destacando, com base em Alvez-Mazzotti (2004), que esta abordagem tem suas raízes no final do século XIX quando os cientistas sociais começaram a indagar se o método de investigação das ciências físicas e naturais, que por sua vez se fundamentava numa perspectiva positivista de conhecimento, deveria continuar servindo como modelo para o estudo dos fenômenos humanos e sociais.

Os pesquisadores que defendem a abordagem qualitativa fundamentam-se em hipóteses contrárias ao modelo experimental e adotam métodos e técnicas de pesquisa diferentes dos estudos experimentais. Na pesquisa qualitativa a definição e formulação do problema não é prioritário. O pesquisador se impõe para extrair as explicações sobre o mesmo e pode se comprovar pela observação direta e verificação experimental. O problema decorre, antes de tudo, de um processo indutivo que vai se definindo e delimitando-se na exploração do contexto onde se realiza a pesquisa (ALVES-MAZZOTTI, 2004).

A pesquisa qualitativa deve definir suas linhas de ações e ao longo do seu desenvolvimento, no processo de investigação é que se define a teoria a ser aplicada. Ela não pode ser totalmente pré-estruturada, seu foco de interesse deve ser amplo e a obtenção de dados deve ser através do contato direto do pesquisador com o objeto de estudo, procurando sempre analisar os fatos no local de origem.

Para Paton (1986) apud Alves-Mazzotti (2004), a principal característica da pesquisa qualitativa é o fato de que ela segue a tradição compreensiva ou interpretativa. Isto quer dizer que as pessoas agem em função de suas crenças, princípios, sentimentos e valores, que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se pode conhecer de modo imediato, é preciso ser desvendado.

Na pesquisa qualitativa, considera-se a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e sujeito. É descritiva porque utiliza o método indutivo, sendo que o processo é seu foco principal.

Na pesquisa qualitativa a não se colhem dados que possam ser contados e generalizados a um grande grupo, não emprega dados estatísticos no processo de análise de um problema, não tem a pretensão de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas (OLIVEIRA, 1999).

Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, colhem-se particularidades e interpretações individuais, podendo ser úteis na busca de um novo conceito que ajuda a desvendar o fenômeno pesquisado. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados, o pesquisador é o instrumento-chave e tende a analisar seus dados indutivamente (CRUZ, 2009).

Na pesquisa qualitativa o pesquisador deve preliminarmente, despojar-se de preconceitos e ter predisposição para assumir uma atitude aberta a todas as manipulações que observa, sem adiantar explicações nem conduzir-se pelas aparências imediatas a fim de se alcançar uma compreensão global do fenômeno.

O agente da pesquisa deve ser capaz de identificar e analisar profundamente dados não-mensuráveis, como sentimentos, sensações, percepções, pensamentos, intenções, comportamentos passados, entendimento de razões, significados e motivações de um

determinado grupo de indivíduos em relação a um problema específico. Todas as pessoas que participam são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam.

Na pesquisa qualitativa, a amostra deve ser pequena, pois o pesquisador precisa conhecer bem o objeto de estudo para haver uma maior abrangência e um aprofundamento na compreensão, mas deve ser também representativa, ou seja, é necessário que apresente as mesmas características gerais da população da qual foi extraída. Pode ser considerada uma amostra ideal aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas definições. Uma má escolha da amostra poderá prejudicar completamente o resultado obtido, podendo, inclusive, apontar resultados incoerentes com a realidade (MINAYO, 2007).

Os métodos qualitativos de pesquisa apresentam características próprias inseridas em paradigmas que reconhecem a subjetividade nas interações humanas, a diversidade e a complexidade dos fenômenos sociais, o que requer uma gama de possibilidades de métodos que possa dar conta de descrever, compreender e interpretar essa realidade, tendo em vista a especificidade e o caráter coletivo do ser humano (PATRÍCIO, 2009).

Nos estudos qualitativos, a coleta sistemática de dados deve ser precedida de uma imersão do pesquisador no contexto a ser estudado. Essa fase exploratória permite que o pesquisador defina pelo menos algumas questões iniciais, bem como os procedimentos adequados à investigação dessas questões (ALVES-MAZZOTTI, 2004, p.148).

A observação, tanto quanto a entrevista, ocupa lugar privilegiado nas abordagens de pesquisas educacionais. Pode ser usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, possibilitando um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens (LUDKE, 1986).

Nos estudos realizados para a elaboração deste trabalho pode-se perceber que a abordagem qualitativa foi a mais apropriada para a pesquisa realizada, pois tende a considerar como mais importante as formas de pensamento e as maneiras de se compreender o problema identificado, destacando-se valores, crenças e atitudes. Levou-se em consideração o histórico, a evolução educacional e as tendências atuais, pois os problemas focados exigem caráter exploratório que visam estimular os entrevistados a pensarem livremente sobre o tema abordado.

Como técnicas e instrumentos de coleta de dados utilizou-se a observação, o questionário, a pesquisa documental e bibliográfica, quando foram levantados dados considerados mais completos e reais, atribuindo-se a eles um valor inquestionável.

9.2 Desenvolvimento da Metodologia de Trabalho

A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo *Campus* Santa Teresa em parceria com o Programa de Pós Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPGEA, durante o ano letivo de 2010. Foi definido como campo de pesquisa os Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã. O público alvo foram os alunos matriculados na última série do ensino fundamental das Escolas das redes municipal e estadual dos referidos Municípios, considerados então aptos a ingressar no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio ministrado pelo referido *Campus*. Também foram pesquisados os pais desses estudantes e seus professores.

Constituíram-se ainda de público alvo, para complemento das informações levantadas nos municípios consultados, os alunos das 1ª e 2ª séries do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, do ano letivo de 2010, matriculados no IFES *Campus* Santa Teresa, por constituírem como corpo discente, pertencente à modalidade de Ensino Médio

Integrado à Educação Profissional do IFES *Campus* Santa Teresa, que teve início em 2009 e que poderiam agregar mais elementos ao trabalho de pesquisa.

A escolha do campo de pesquisa foi motivada pelo baixo número de jovens desta região no quadro de alunos do curso Técnico em Agropecuária do IFES *Campus* Santa Teresa, constatado pela análise dos dados acadêmicos, sendo que os dois municípios constituem a área geográfica de maior abrangência da Instituição, já que nas redondezas encontram-se outros *Campi* do IFES.

No Município de Santa Teresa está localizada a Instituição e o Município de São Roque do Canaã foi desmembrado deste em 1995, cuja sede é vizinha bem próxima do *Campus*, cerca de 10,3 km. Ambos têm como principal atividade econômica a agricultura e trabalham em parceria para o desenvolvimento das comunidades circunvizinhas.

Salienta-se ainda que a região é composta de pequenas propriedades rurais que desenvolvem a policultura, mesmo assim nos últimos tempos o IFES *Campus* Santa Teresa atraiu poucos alunos, apesar de ser a única instituição na região que oferece o curso Técnico em Agropecuária na modalidade de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

O IFES *Campus* Santa Teresa possui uma estrutura física e de pessoal, custeada pelo governo federal, reunindo todos os requisitos para disponibilizar aos jovens uma educação de qualidade, nos moldes das exigências da sociedade, especificamente do mercado de trabalho atual, na medida em que a instituição torna-se uma opção para a continuidade de estudos após a conclusão do ensino fundamental, sobretudo, por ser uma instituição que pode contribuir para o desenvolvimento agropecuário regional e a permanência do homem no campo, visando colaborar com as políticas públicas de formação profissional para a reforma agrária.

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa documental em fontes primárias e secundárias, no setor de registros acadêmicos do IFES *Campus* Santa Teresa visando levantar o número de alunos matriculados nos últimos dez anos provenientes das comunidades circunvizinhas. Buscou-se junto às Secretarias Municipais de Educação e aos setores de registros escolares das escolas da rede estadual, dados educacionais dos municípios envolvidos, compreendendo o número de egressos dos últimos dez anos, visando confrontar os dados para se identificar os percentuais de egressos do Ensino Fundamental absorvidos pelo IFES *Campus* Santa Teresa residentes nos municípios envolvidos nos estudos.

Para a realização do diagnóstico junto aos estudantes aptos a ingressarem no IFES *Campus* Santa Teresa utilizou-se um questionário semiestruturado, dirigido aos alunos da última série do ensino fundamental, quando foram feitas perguntas para levantar a característica dos pesquisados, suas expectativas de estudos após a conclusão do ensino fundamental e também questões relacionadas ao conhecimento deles sobre os cursos ministrados e suas impressões sobre o IFES *Campus* Santa Teresa.

Aos pais foram direcionadas perguntas sobre as expectativas de continuidade de estudos dos seus filhos após a conclusão do ensino fundamental e questões relacionadas ao conhecimento dos cursos ministrados pelo IFES *Campus* Santa Teresa e as condições de sua oferta, bem como suas impressões sobre a instituição federal de ensino.

Aos professores perguntou-se sobre o conhecimento dos cursos ministrados no IFES *Campus* Santa Teresa e se indicariam a seus alunos o curso ministrado pela instituição, bem como suas impressões sobre a instituição de ensino agropecuário.

No município de Santa Teresa foram pesquisadas as seis escolas da rede municipal e as duas da rede estadual que ministram as quatro últimas séries do ensino fundamental, onde têm matriculados 277 alunos. No município de São Roque do Canaã, foram pesquisadas as três escolas da rede municipal e as duas da rede estadual, envolvendo 163 alunos, totalizando assim, 440 alunos pesquisados, obtendo-se 83,86% de respostas. Dos pais ou responsáveis por estes alunos, totalizando um universo também de 440, obteve-se 56,59% de respostas e, dos professores atuantes na 8ª série, em número de 118, 66,10% responderam ao questionário.

Solicitou-se ainda aos alunos que levassem os questionários a seus pais para serem respondidos, sendo coletados posteriormente, em dia e horário pré-definidos. Quanto aos professores, contou-se com a colaboração dos diretores e coordenadores para a distribuição e coleta dos questionários. Foi mantido contato com grande parte deles e pode-se observar suas preocupações com o destino de seus alunos, que após a conclusão do ensino fundamental, estivessem expectativas de acesso ao ensino médio, que é uma nova etapa de estudos. A maioria, considerando as dificuldades enfrentadas nas condições de vida do campo, não vê perspectiva para o atendimento dos anseios desta juventude.

Aos alunos das 1ª e 2ª séries do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFES *Campus* Santa Teresa, do ano letivo de 2010, foram dirigidas perguntas, por meio de questionário semiestruturado, relacionadas à caracterização dos alunos, aos motivos da escolha pelo curso nesta área e às suas perspectivas quanto ao exercício da profissão de técnico ou de continuidade dos estudos em curso superior, em área relacionada à agropecuária ou não, visando complementar as informações obtidas por meio dos alunos das escolas de ensino fundamental, para afirmação com segurança, de que os resultados das pesquisas efetuadas estão sintonizados tanto pelos pretendentes ao ingresso quanto pelos que já fazem parte do quadro de alunos.

Quanto aos alunos da última série do ensino fundamental, o trabalho foi feito pessoalmente, por meio de visita às escolas, sendo a apresentação oficial, através de ofício do Diretor Geral do IFES *Campus* Santa Teresa, dirigido às Secretarias Municipais de Educação, solicitando autorização para a realização do trabalho de pesquisa na rede pública municipal, que imediatamente comunicaram às diretorias das escolas, contando-se sempre com total apoio de todos os segmentos das instituições.

Na rede estadual os ofícios foram dirigidos aos diretores das escolas, que da mesma forma, abriram as portas das instituições educacionais para facilitar o trabalho e se colocaram à disposição para colaborar na realização da pesquisa. Em todo o trabalho contou-se ainda com o apoio dos alunos, seus pais e professores, que não mediram esforços para contribuir com dados que se levou ao conhecimento das realidades por eles vivenciadas.

Contando com este grande apoio, pôde-se interferir pessoalmente nas salas de aula para conversa com os alunos sobre os objetivos da pesquisa e a importância de suas respostas, quando fez-se a coleta de muitos dados através da observação direta e do conhecimento das localizações, estruturas e realidades educacionais vivenciadas pelo público alvo.

Saiu-se a campo para observação, interpretação e compreensão da realidade social, aplicando-se a abordagem observacional, quando percebeu-se que seria possível consultar todo o público alvo, por meio de questionário semiestruturado, elaborado após esta abordagem.

Com os alunos do IFES *Campus* Santa Teresa, os instrumentos foram aplicados diretamente, com o apoio da Coordenação e dos professores, quando então se pode visitar as salas de aula, conversar com os alunos sobre o objetivo da pesquisa e fazer a coleta de muitos dados por meio da observação.

Os dados colhidos foram tabulados e agrupados por categorias para permitir um estudo minucioso das respostas obtidas, fazer as possíveis correlações e chegar às conclusões que trouxeram respostas ao problema de pesquisa. Com os dados foi possível detalhar os problemas levantados e propor soluções para se resolver a questão pesquisada, tendo sempre como finalidade a melhoria das relações sócio-educativas do IFES *Campus* Santa Teresa com a sociedade local.

Apresenta-se a seguir o demonstrativo dos resultados obtidos por meio de questionário, envolvendo como público alvo os alunos da última série do ensino fundamental, seus pais e professores e os alunos do curso Técnico em Agropecuária do IFES *Campus* Santa Teresa, com a representação dos números e discussões a respeito das respostas obtidas.

10 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa documental, para levantamento de dados referentes aos concludentes do ensino fundamental dos últimos 10 anos, nas escolas da rede pública dos municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã, analisou-se documentos das Secretarias Municipais de Educação. Quanto ao levantamento dos formandos na rede pública estadual, foram analisados documentos dos Setores de Registros Acadêmicos das Escolas da rede Estadual localizadas nestes municípios e para levantamento dos alunos matriculados no IFES *Campus* Santa Teresa, analisou-se arquivos da Coordenação de Registros Acadêmicos, obtendo-se os dados constantes do quadro 2.

Quadro 2 - Número de egressos da 8ª série dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã aptos ao ingresso no IFES *Campus* Santa Teresa e porcentagem deles matriculados no Curso Técnico em Agropecuária.

Ingressos e egressos	Ano letivo									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Nº de egressos da 8ª série	512	566	512	385	514	486	483	435	403	420
% de egressos da 8ª série no IFES	2,93	3,18	2,15	3,38	2,14	3,29	3,11	3,68	6,20	10,00

De acordo com os dados apurados, considera-se que o número de alunos egressos da região matriculados no IFES *Campus* Santa Teresa é muito pequeno, tendo-se em vista que é a única instituição nas proximidades que ministra o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, sendo a região composta de pequenas propriedades rurais onde é desenvolvida a policultura, cuja principal atividade econômica é a agropecuária.

Os resultados obtidos demonstram que na região pesquisada os dados não diferem das pesquisas realizadas em nível nacional que, segundo Haddad (2008), 16% dos jovens que terminam o Ensino Fundamental não ingressam no ensino médio, tendo como causa principal a necessidade de buscar trabalho para ajudar no sustento da família.

Os dados apurados devem ser objeto de estudo detalhado, para que estes jovens sejam alvo de ações, por parte das autoridades educacionais e do IFES *Campus* Santa Teresa, já que as políticas públicas pregam a disponibilidade de escolas para todos, com facilidade de acesso para crianças, jovens e adultos que perderam a oportunidade de estudar na época oportuna.

As dificuldades enfrentadas pelos jovens rurais para conciliar a escolarização e o trabalho os coloca diante de um dilema. A maioria acaba optando pelo trabalho, pois, muitas vezes precisam complementar a renda familiar dada a imersão nesta sociedade capitalista, onde o ter constitui-se um requisito básico para o reconhecimento social. Diante disso, muitos abandonam a escola, antes mesmo de concluir o Ensino Fundamental e migram para o espaço urbano em busca de trabalho (QUEIROZ, 2009).

As escolas tendem significativamente a perder alunos para o trabalho a partir dos 14 anos de idade e para a concomitância deste com o estudo. Isto se atribui que os jovens, apesar da sua persistência, enfrentam a competição crescente com o trabalho e acabam abandonando os estudos devido à falta de atratividade do ensino médio (GOMES, 2008).

Percebe-se nas observações efetuadas, que quando se trata de estudante do meio rural, principalmente de grande parte da região onde foi realizada a pesquisa, este fato pode ser agravado, devido a falta de escolas de ensino médio no campo, quando o aluno deve se deslocar para as sedes dos distritos ou dos municípios, utilizando o transporte escolar,

oferecido pelo poder público municipal. Este problema de nucleação das escolas para os alunos que estudam em cursos noturnos, depois de um dia de trabalho, já que as atividades nas propriedades rurais requerem a participação de todos os membros da família, tem levado grande parte dos jovens a se sentirem desmotivados para a continuidade dos estudos.

Os questionários foram distribuídos nas escolas das redes municipal e estadual dos municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã, a todos os alunos da última série do ensino fundamental, seus pais e professores, sendo a devolução voluntária.

Foram feitas várias visitas a cada escola na fase de planejamento, para se conseguir dados sobre o público alvo nesta fase exploratória. Por ter as raízes fincadas no meio agropecuário e no interior e, a experiência profissional ao longo de vários anos desenvolvida no meio acadêmico, em contato diário com alunos, permitiu a realização do trabalho com familiaridade de causa, por entender e sentir os anseios do povo que luta por melhores condições de vida no interior.

No quadro 3 são apresentados os dados obtidos na consulta ao público alvo, pertencente aos estudantes aptos a ingressarem no IFES Campus Santa Teresa, por município.

Quadro 3 - Número de questionários aplicados ao público alvo apto ao ingresso no IFES Campus Santa Teresa e porcentual de respostas obtidas

Município	Número de questionários aplicados			Porcentagem de respostas obtidas		
	Alunos	Pais	Prof.	Alunos	Pais	Prof.
Santa Teresa	277	277	74	85,56	54,87	58,11
São Roque do Canaã	163	163	44	80,98	59,51	79,55
Total Geral	440	440	118	83,86	56,59	66,10

No município de Santa Teresa foram pesquisados os alunos da 8ª série nas seis escolas da rede municipal e duas da rede estadual que ministram as quatro últimas séries do ensino fundamental e no município de São Roque do Canaã foram pesquisadas as três escolas da rede municipal e duas da rede estadual, totalizando assim, 440 estudantes, onde obteve-se 83,86% de respostas. Dos pais ou responsáveis por estes alunos, totalizando também 440, conseguiu-se 56,59% de respostas e dos professores atuantes na 8ª série, totalizando um universo de 118, conseguiu-se 66,10% de respostas.

Dos alunos que responderam os questionários, totalizando 369, verifica-se na caracterização do público alvo que se compõe de 45,26% do sexo masculino e 54,74% do sexo feminino. A faixa etária dos estudantes é constituída de idades que variam de 13 a mais de 17 anos, distribuídos conforme quadro 4.

Quadro 4 - Distribuição dos alunos da 8ª série do Ensino Fundamental dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã por faixa etária em porcentagem.

Idade	Percentual
13 anos	14,63%
14 anos	54,20%
15 anos	18,43%
16 anos	8,94%
17 anos	2,17%
Mais de 17 anos	1,63%

Consta-se, de acordo com os números apurados, que no grupo pesquisado, os estudantes, em sua grande maioria, encontram-se na faixa etária adequada à série que cursam, não havendo distorção de idade com relação à série nesta região, o que difere de outras regiões pesquisadas, conforme demonstram os estudos citados por Castro e Regattieri (2009), que alegam constatar grandes distorções na relação idade série no ensino fundamental em grande parte do Brasil, quando os estudantes na faixa de 15 a 17 anos que deveriam estar no ensino médio ainda cursam o ensino fundamental.

Com relação às perguntas relacionadas diretamente ao IFES *Campus* Santa Teresa, sendo que serão usadas para responder ao principal questionamento que se faz na pesquisa, ou seja, quais seriam os motivos do baixo número de alunos provenientes das escolas dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã, matriculados no curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFES *Campus* Santa Teresa, verificou-se o que se relata a seguir.

Quando se perguntou aos alunos da última série do ensino fundamental, seus pais e professores se já tinham ouvido falar do IFES *Campus* Santa Teresa de alguma forma, na intenção de apurar se a ausência de interesse seria a falta de conhecimento da Instituição, 79,31% responderam sim e 20,69% não, percebendo-se, assim, com base nos números apurados, que grande maioria dos pesquisados conhecem a instituição de ensino, não podendo atribuir a pouca procura pelo curso Técnico em Agropecuária ministrado no IFES *Campus* Santa Teresa somente à falta de divulgação e/ou conhecimento da Instituição.

Questionados se eles tinham conhecimento de que o IFES *Campus* Santa Teresa é uma Instituição pública e gratuita, mantida pelo Governo Federal, que oferece o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, como opção para continuidade dos estudos após a conclusão do Ensino Fundamental, que funciona em regime de internato, semi-internato e externato, obteve-se os dados constantes do quadro 5.

Quadro 5 - Resultados do questionamento sobre o conhecimento das condições de oferta de cursos ministrados pelo IFES *Campus* Santa Teresa.

Opções	% Alunos	% Pais	% Professores	Total
Sim	57,99	54,22	97,44	61,06
Não	42,01	45,78	2,56	38,94

Com as resposta obtidas, pode-se observar que a maioria do nosso público alvo sabe que o IFES *Campus* Santa Teresa é uma instituição pública federal que ministra o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e conhece as condições de sua oferta. Percebe-se, no entanto, que a instituição deve ampliar seus contatos de divulgação para que toda a população da região conheça suas opções e condições de ofertas de cursos, possibilitando aos jovens e seus pais decidirem sobre o prosseguimento de estudos após a conclusão do ensino fundamental com total conhecimento dos cursos existentes na região.

Quando foi questionado aos alunos se a decisão fosse deles, se estudaria no IFES *Campus* Santa Teresa, os estudantes da 8ª série, responderam conforme o que consta do quadro 6:

Quadro 6 - Resultados do questionamento aos alunos se estudariam no IFES *Campus* Santa Teresa se a decisão fosse deles.

Alternativa	Percentual
Sim	50,41
Não	49,59

De acordo com as respostas obtidas vê-se que os jovens estão divididos na questão de estudar ou não no curso Técnico em Agropecuário do IFES *Campus* Santa Teresa.

Quando indagados sobre os motivos da opção daqueles que responderam sim, totalizando 186, foram apresentadas como justificativas as respostas elencadas no quadro 7.

Quadro 7 - Justificativas apresentadas pelos alunos que manifestaram interesse em estudar no IFES *Campus* Santa Teresa.

Alternativas	Percentual
Identificam-se com o curso Técnico em Agropecuária	29,03
Têm perspectivas de trabalho nesta área	24,73
Possuem propriedade rural e pretendem trabalhar nela	7,53
Falta de opção de outros cursos profissionalizantes	31,18
Outras respostas	7,53

Dos 186 alunos que responderam sim, apenas 29,03% disseram que se identificam com o curso; 31,18% alegaram falta de opção de outros cursos profissionalizantes na região e os demais possuem outros argumentos que não estão ligados à vocação, mas que vislumbram perspectiva de trabalho na área e aproveitamento do curso com outras finalidades.

De acordo com os números apurados, percebe-se que a maioria dos jovens, sem opção de outros cursos na região, prefere continuar seus estudos mesmo em área que não seja de sua preferência, caso contrário teriam que parar de estudar e enfrentar as atividades na agropecuária ou se deslocar para os centros urbanos em busca de cursos de sua preferência e, na maioria, teriam que encontrar um trabalho para se autosustentar, tendo em vista que grande parte das famílias não possui condições financeiras para a manutenção dos filhos em escolas longe de casa.

Aqueles que responderam que não estudariam, totalizando 183, apresentaram como justificativas as respostas contidas no quadro 8.

Quadro 8 - Justificativas apresentadas pelos alunos que não manifestaram interesse em estudar no IFES *Campus* Santa Teresa.

Alternativas	Percentual
Não se identificam com o curso Técnico em Agropecuária;	46,99
Falta de mercado de trabalho para o curso oferecido;	1,09
Dificuldade em conseguir vaga no internato;	1,09
Preferem ficar perto da família;	38,25
Estudariam no regime de semi-internato se houvesse transporte;	10,93
Outras respostas	1,64

Vê-se que dos 186 alunos que responderam que estudariam no curso Técnico em Agropecuária, 31,18% alegaram que o fazem por falta de opção de outros cursos profissionalizantes na região e dos 183 que disseram não estudar no IFES, 46,99% deram

como justificativa que não se identificam com o curso Técnico em Agropecuária. Na inferência dos dados, constata-se que dos 369 alunos inquiridos, 39,02% dos questionados responderam prontamente que não estão interessados pelo curso Técnico em Agropecuária.

Se há desinteresse dos jovens pelos cursos ligados à agropecuária, qual a possibilidade de uma política educacional neste *Campus* que atenda às demandas locais? As políticas atuais do governo federal almejam a ampliação dos cursos técnicos em todo o Brasil, com a criação de novas escolas, visando que todo cidadão tenha facilidade de acesso ao ensino. Que escola é esta, que com sua consolidada estrutura física e de pessoal, conquistada durante estes 70 anos de experiência no ramo, não desempenha esforços para resgatar o seu papel social perante as comunidades circunvizinhas?

A Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, tem entre os seus objetivos “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;” e “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”

Pacheco (2009), Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, alega que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos para o desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado. Devem assumir um compromisso de intervenção em suas respectivas regiões para identificar problemas e criar soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável e inclusão social. Esta intervenção deve ser através do ensino, da pesquisa aplicada e da extensão articulada com as forças sociais da região.

Os registros demonstram que no período de 2005 a 2009 e em 2011, o número de vagas oferecidas pelo IFES *Campus* Santa Teresa para o Curso Técnico em Agropecuária não foi totalmente preenchido, no entanto, percebe-se na pesquisa que há uma grande quantidade de candidatos residentes nas comunidades circunvizinhas aptos ao ingresso que poderiam ser alvo da instituição para o desenvolvimento de projetos visando despertar-lhes interesse pelos estudos, para conciliar esta oportunidade de oferta com os alunos da região, já que em outras regiões do Estado encontram-se *Campi* do IFES.

Salienta-se que no período de 2000 a 2010 o IFES ofereceu 160 vagas para o Curso Técnico em Agropecuária e em 2011, em função da falta de interesse de grande parte dos jovens pelo curso Técnico em Agropecuária, criou-se um novo curso integrado ao Ensino Médio, o de Técnico em Meio Ambiente, sendo oferecidas 40 vagas, ficando apenas 120 para o Técnico em Agropecuária.

Para o Curso Técnico em Meio Ambiente houve maior procura para o preenchimento das vagas (74 candidatos para 40 vagas), enquanto que no Técnico em Agropecuária, apesar da oferta de duas chamadas para as inscrições e dois exames de seleção, na tentativa do total preenchimento das vagas, não se obteve sucesso. Das 120 vagas oferecidas foram matriculados apenas 93 alunos no curso em 2011.

Observa-se a necessidade urgente da abertura de novos cursos que possam atrair os jovens da região e do desenvolvimento de projetos de extensão para atingir as comunidades circunvizinhas na divulgação das atividades da instituição, visando despertar o interesse dos estudantes na procura pela aquisição de conhecimentos que possam levá-los a ações inovadoras para a resolução dos problemas visando a construção e resgate da cidadania e a transformação social, melhorando assim, a qualidade de vida no campo e, conseqüentemente, a permanência do jovem no meio rural.

Percebe-se ainda, na inferência das respostas do quadro 8, que 49,18% dos alunos que responderam não estudar no IFES *Campus* Santa Teresa, se referem à intenção de ficar perto

da família e estudariam se houvesse transporte diário. Então, uma forma da instituição atrair parte destes alunos seria a oferta de transporte para as regiões onde há um maior número deles? No entanto, fica o questionamento, se a atração aos estudos é um transporte gratuito e em horário adequado, pode-se atribuir que as propostas da escola e seus cursos não são atrativos aos alunos? A Escola não está despertando interesse aos jovens, que preferem ficar sem estudar se tiverem que usar as residências da Instituição? Qual é o problema do regime de internato?

Se o aluno da região não pretende ficar no alojamento da Instituição cabe estudos para que as condições do regime de internato sejam mais atrativas a eles.

Pacheco (2009), diz que os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Os novos cursos devem ser abertos com base na opinião das comunidades locais, através de audiências públicas e de escuta às representações da sociedade e serão sintonizados com os processos de desenvolvimento regionais.

Registra-se ainda, que os alunos da 8ª série, ao serem perguntados sobre o que pretendem fazer após a conclusão do ensino fundamental, 2,17% deles responderam que vão parar de estudar, mas 15,45% responderam que não sabem informar o que vão fazer e 1,08% responderam outros motivos e não o especificaram, percebe-se, com base nas observações efetuadas, que a tendência destes alunos, totalizando 18,7%, é ficar fora da escola no ensino médio.

Castro e Regattieri (2009) afirmam que nos estudos realizados muitos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos não possuem escolaridade e estão fora da escola. Outro fator que vem preocupando as autoridades brasileiras e está acontecendo no mundo inteiro, constatado nas pesquisas do IBGE, é uma grande quantidade de jovens na faixa etária de 15 a 17 anos que não incluem em seus projetos de vida nem o estudo nem o trabalho e este índice só vem crescendo.

Em suas considerações a respeito do assunto, Castro e Regattieri fazem seu comentário dizendo

Há quem diga que estão na ilegalidade e no crime, o que, em minha visão, é uma análise incorreta. Isso é verdade para uma parcela deles. Mas um grupo significativo desses jovens está inserido de forma passiva na sociedade, sem interação com os processos tradicionais de inserção social. As novas tecnologias (tevé, computador etc.) favorecem essa ausência de relação com as alternativas de escolarização e de socialização. E essa relação também deve ser considerada como resistência passiva e fuga diante da proposta de sociedade competitiva e desumanizadora oferecida à juventude. (CASTRO e REGATTIERI, 2009, p. 98)

Os pais, ao serem questionados se matriculariam seus filhos no IFES *Campus* Santa Teresa caso eles optassem pelo curso Técnico em Agropecuária, responderam conforme resultados apresentados no quadro 9.

Quadro 9 - Resultados do questionamento aos pais sobre a possibilidade de matricular seus filhos no IFES *Campus* Santa Teresa.

Alternativas	Percentual
Sim	59,04
Não	40,96

Entre os 147 pais que responderam sim, quando questionados sobre os motivos da opção, foram apresentadas como justificativas as alternativas do quadro 10.

Quadro 10 - Justificativas apresentadas pelos pais que manifestaram interesse em matricular seus filhos no IFES *Campus* Santa Teresa.

Opções	Percentual
Acham que ele(a) tem vocação para o curso Técnico em Agropecuária;	24,49%
O curso Técnico em Agropecuária ainda oferece perspectivas de trabalho;	34,01%
Possuem propriedade rural e pretendem que ele(a) trabalhe nela;	10,20%
Falta de opção de outros cursos profissionalizantes;	27,89%
Outras respostas	3,40%

Aqueles pais que responderam não, apresentaram como justificativas as respostas contidas no quadro 11.

Quadro 11 - Justificativas apresentadas pelos pais que não manifestaram interesse em matricular seus filhos no IFES *Campus* Santa Teresa.

Opções	Percentual
Acham que ele(a) não tem vocação para o curso Técnico em Agropecuária;	54,90
Falta de mercado de trabalho para o Técnico em Agropecuária;	5,88
Não aprovam o regime de internato;	10,78
Matriculariam, no regime de semi-internato, se houvesse transporte diário;	19,61
Outras respostas	8,82

Dos 147 pais que responderam sim, 34,01% disseram que o curso Técnico em Agropecuária ainda oferece perspectivas de trabalho e 27,89% disseram que matriculariam seus filhos por falta de opção de outros cursos profissionalizantes na região. Apenas 24,49% acham que o filho tem vocação para o curso oferecido. Dos 102 que responderam não, 54,90% acham que o estudante não tem vocação para o curso Técnico em Agropecuária;

Inferindo as respostas dos pais veem confirmadas as intenções dos filhos, pois a maioria deles acha que seus filhos não se identificam com o curso Técnico em Agropecuária e, grande parte dos que o fazem é porque o mercado de trabalho ainda oferece perspectivas de emprego na área e por falta de opção de outros cursos profissionalizantes na região, levando-se a entender que o curso Técnico em Agropecuária não mais os atrai, mas é uma opção facilitada, talvez a única vista como a possibilidade de continuidade dos estudos no interior e perto de casa.

Será que o interesse dos jovens pela agropecuária está diminuindo? Os pais estão incentivando os filhos a saírem do trabalho rural?

Carneiro (2006) afirma que em todas as pesquisas realizadas em várias regiões do meio rural brasileiro, grande maioria dos jovens, originários de famílias de agricultores

demonstra vontade de não se tornar agricultor. Almeja encontrar um trabalho menos pesado com melhor remuneração, o que raramente ocorre na agricultura, vendo a educação como condição principal para realizar esse objetivo que está associado, em grande parte, ao abandono da atividade agrícola.

Relaciona ainda Carneiro (2006), como fator que interfere na juventude rural para a busca de outras atividades fora da agricultura os costumes da economia familiar praticada pelos agricultores, onde a renda da lavoura normalmente não é dividida entre aqueles que participaram da produção, aliado ao peso da hierarquia familiar, que resulta na anulação da participação do jovem nos processos decisórios das famílias, também tem estimulado a saída do campo de grande parte da juventude.

Registra-se ainda nas respostas dos pais que há um grande interesse pelo transporte escolar diário, acredita-se que seja para que o aluno possa permanecer em casa e ser acompanhado pela família.

Percebe-se que está implícito tanto nas respostas dos alunos, que preferem ficar perto da família e usar o transporte diário, quanto nas respostas dos pais, que preferem o regime de semi-internato, a rejeição ao regime de internato, carecendo a instituição de ações que possam tornar o sistema de alojamento mais atrativo aos alunos da região.

Perguntado aos professores se a decisão fosse deles se indicariam para seus alunos o curso Técnico em Agropecuária do IFES *Campus* Santa Teresa, foram obtidas 78 respostas no universo de 118 professores e apresenta-se, a seguir, o quadro 12 com os resultados:

Quadro 12 - Resultados do questionamento aos professores sobre a possibilidade de indicação do curso do IFES *Campus* Santa Teresa aos seus alunos.

Opções	Percentual
Sim	80,77
Não	19,23

Grande parte deles disse que indicaria a matrícula no curso Técnico em Agropecuária do IFES *Campus* Santa Teresa. Registra-se aqui um grande incentivo dos professores para a permanência dos jovens em atividades no meio rural.

Quando questionados sobre os motivos da opção daqueles que responderam sim, totalizando 63, foram dadas como justificativas as respostas apresentadas no quadro 13.

Quadro 13 - Justificativas apresentadas pelos professores que indicariam o IFES *Campus* Santa Teresa a seus alunos.

Opções	Percentual
O curso Técnico em Agropecuária ainda oferece perspectivas de trabalho;	47,62
Os jovens precisam ser incentivados a permanecerem no meio rural;	39,68
Falta de opção de outros cursos profissionalizantes na região;	9,52
Outras respostas	3,17

Nas respostas dos professores vê-se que grande parcela dos que responderam sim, alega que o curso Técnico em Agropecuária ainda oferece perspectivas de trabalho e acha que os jovens precisam ser incentivados a permanecerem no meio rural. Chega-se à conclusão que os professores, conhecedores da realidade dos grandes centros urbanos e da vida no meio rural, levaram em consideração às tendências do mercado de trabalho e às preocupações sociais com a migração rural dos jovens.

Aqueles professores que responderam não, totalizando 15, apresentaram como justificativas as respostas contidas no quadro 14.

Quadro 14 - Justificativas apresentadas pelos professores para não indicação do IFES *Campus* Santa Teresa a seus alunos.

Opções	Percentual
Falta de mercado de trabalho para o Técnico em Agropecuária;	13,33%
Falta de políticas públicas de incentivo ao produtor rural;	20,00%
O curso não atende às expectativas do mercado;	13,33%
Não aprova o regime de internato;	13,33%
Indicaria, no regime de semi-internato, se houvesse transporte diário;	20,00%
Outras respostas	20,00%

Percebe-se neste quadro que da minoria dos professores que responderam não, soma-se 46,66% que alegaram falta de políticas públicas de incentivo ao produtor rural, falta de mercado de trabalho para o curso oferecido e que o curso não atende às expectativas do mercado. Vê-se que os professores estão preocupados com o futuro dos jovens em relação às políticas públicas e tendências do mercado de trabalho.

Soma-se ainda, 33,33% dos que não aprovam o regime de internato e indicariam a matrícula no regime de semi-internato se houvesse transporte diário. Reforça-se aqui a rejeição, também dos professores, ao regime de internato e a permanência do adolescente longe do convívio familiar.

Diante das respostas apresentadas pelos professores, percebe-se que eles têm a preocupação com o êxodo rural e pretendem incentivar a permanência dos jovens neste meio, sendo o curso Técnico em Agropecuária um caminho para esta fixação no campo, mas o poder público precisa investir mais em políticas públicas de apoio ao produtor rural e incentivo à permanência dos jovens no campo, dando a eles facilidade de acesso à cultura e informação sem sair do seu meio, para que tenham condições de uma vida digna como trabalhador no meio rural.

Passa-se a apresentar os resultados da consulta aos alunos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, matriculados no IFES *Campus* Santa Teresa, no ano letivo de 2010, a fim de se assegurar com a máxima confiança que as respostas dos estudantes aptos ao ingresso têm perfeita coerência com a dos estudantes do IFES *Campus* Santa Teresa. Os alunos consultados são provenientes de várias regiões do estado do Espírito Santo e alguns dos Estados da Bahia e Minas Gerais e foram dirigidas a eles perguntas referentes aos motivos que os levaram à procura pelo curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFES *Campus* Santa Teresa e sobre suas expectativas com relação aos estudos após a conclusão do ensino médio.

Os alunos consultados foram das 1ª e 2ª séries do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, totalizando 225, onde obteve-se 195 questionários respondidos, representando 86,66% do público alvo, sendo 64,62% do sexo masculino e 35,38% do sexo feminino.

A distribuição dos alunos pesquisados, quanto à faixa etária, é mostrada no quadro 15.

Quadro 15 - Distribuição dos alunos da 1ª e 2ª séries do Ensino Médio Integrado do IFES *Campus* Santa Teresa pesquisados por faixa etária em porcentagem.

Idade	Percentual
14 anos	2,05%
15 anos	33,85%
16 anos	33,85%
17 anos	20,51%
18 anos	7,18%
19 anos	2,05%
20 anos	0,51%

Constata-se que grande maioria deles encontra-se na faixa etária de 15 e 16 anos, idade adequada à série que cursam, sendo que 66,67% estão no regime de internato.

Quando se questionou aos alunos por que eles escolheram o curso Técnico em Agropecuária oferecido pelo IFES *Campus* Santa Teresa, obteve-se como respostas as constantes do quadro 16.

Quadro 16 - Motivos que levaram os alunos da 1ª e 2ª séries pesquisados a estudar no IFES *Campus* Santa Teresa.

Alternativas	Percentual
Têm vocação para a área agropecuária;	40,51%
Falta de opção de outros cursos profissionalizantes na região;	13,85%
Porque se interessam apenas pelo Ensino Médio em uma Escola Federal;	24,10%
Outros motivos	21,54%

Os alunos que responderam escolher o curso por vocação pela área agropecuária representam 40,51%. Inferindo as respostas dos que responderam se interessar apenas pelo Ensino Médio em uma Escola Federal de boa qualidade e os que responderam estudar por falta de opção de outros cursos profissionalizantes na região, tem-se um percentual 37,95% de alunos que estudam, mas não tem vocação para o curso escolhido.

No tocante à pergunta sobre o que se pretende fazer após a conclusão do Curso Técnico em Agropecuária, obteve-se as respostas constantes no quadro 17.

Quadro 17 - Expectativa dos alunos das 1ª e 2ª séries pesquisados, após a conclusão do curso no IFES *Campus* Santa Teresa.

Alternativas	Percentual
Somente trabalhar na área agropecuária;	40,51%
Continuar os estudos em curso Superior na mesma área;	13,85%
Continuar os estudos no curso Superior em outra área;	24,10%
Outras respostas	21,54%

Percebe-se que os estudantes estão bem seguros de suas respostas, tendo-se em vista que os motivos que os levaram à escolha do curso são coesos com as expectativas de continuidade dos estudos, registrando-se os mesmos percentuais nos dois quadros com total sintonia.

Constata-se que nas duas perguntas ocorreu uma grande coincidência no número de alunos que apresentaram respostas coerentes, sendo que os que responderam na primeira

pergunta ter escolhido o curso por vocação, na segunda resposta pretendem continuar trabalhando na área; os que responderam na primeira pergunta que se interessam apenas pelo ensino médio, responderam na segunda pergunta que pretendem continuar os estudos em curso superior em outras áreas; os que responderam que estudam por falta de opção de outros cursos na região, pretendem continuar o curso superior na mesma área. Acredita-se que estes, muito provavelmente, já ingressaram pensando em continuar no curso superior de Agronomia, que passou a ser oferecido pela Instituição a partir de 2010. Os que disseram que estudam por outros motivos, alegaram também, na segunda resposta, que pretendem partir para outras alternativas.

Ao se perguntar aos alunos do IFES *Campus* Santa Teresa se as expectativas com relação ao curso e à instituição estão sendo atendidas, dos 195 alunos pesquisados, 77,43% disseram que sim, constatando-se que as atividades desenvolvidas pela Instituição são satisfatórias para a grande maioria dos alunos.

Nos resultados da pesquisa efetuada com os alunos do Ensino Fundamental, principalmente nas localidades do interior, mesmo estando na região sudeste do Brasil, considerada ainda como uma das mais favorecidas em termos de educação, pode-se constatar as dificuldades enfrentadas. Muitas das escolas não possuem infraestrutura e equipamentos adequados para motivar os jovens estudantes. Há falta de estradas pavimentadas, laboratórios e acesso de qualidade aos meios de comunicação.

Esta situação vem confirmar o entendimento de Haddad, que afirma a necessidade da construção de um sistema nacional de educação que atinja toda a população com a mesma qualidade, respeitando-se as diversidades regionais e os grupos sociais, principalmente os menos favorecidos (HADDAD, 2008).

Todos os problemas enfrentados pelos jovens estudantes aqui relatados constituem, de acordo com as respostas obtidas, uma parcela das causas para a falta de procura pelos cursos técnicos na área agropecuária e este reflexo vem atingindo diretamente o IFES *Campus* Santa Teresa, cuja estrutura física e de pessoal tem sido voltada para a atividade de ensino na área agropecuária durante estes setenta anos de sua atuação na educação profissional.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas educacionais que afetam os jovens de todo o Brasil também são objeto de preocupação do IFES *Campus* Santa Teresa, que percebe uma redução no número de candidatos inscritos para seus cursos de nível técnico. Os resultados são preocupantes, pois o levantamento dos dados acadêmicos registra falta de demanda para o preenchimento das vagas oferecidas. Afinal, trata-se de uma instituição setuagenária, dotada de recursos humanos e condições de infraestrutura adequadas para dar grande apoio à comunidade rural, por isso propôs-se a realização desta pesquisa, visando levantar dados que possam inferir sobre os motivos da baixa procura pelo curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio por candidatos provenientes da região circunvizinha.

Considerando as observações que se fez durante as visitas e as respostas apresentadas pelo público alvo durante o desenvolvimento deste trabalho, conseguiu-se identificar os motivos que podem contribuir para a intervenção frente à pouca procura pelo curso Técnico em Agropecuária, por alunos da região. Percebe-se que os pressupostos levantados neste trabalho (página 6), em grande parte, puderam ser confirmados nas respostas do público alvo e são coerentes com os estudos desenvolvidos por vários autores que tratam do assunto em todo o Brasil.

Depois de muito tempo despercebida das pesquisas acadêmicas brasileiras, a juventude rural vem se configurando numa importante preocupação dos pesquisadores e profissionais de áreas distintas, uma vez que apontam para questões de âmbito sociocultural, educacional e econômico do país. No momento em que as fronteiras entre o rural e o urbano diminuem cada vez mais e diferentes universos culturais se interpenetram, as dificuldades socioeconômicas dificultam a vida de quem vive da agricultura, deixando a juventude rural como uma população profundamente afetada por estes processos (SILVA, 2002).

Considerando a evolução dos meios de comunicação e a estreitabilidade entre o relacionamento do meio urbano com o rural, os jovens do campo possuem uma grande atração pela vida na cidade, com isso eles deixam o meio rural em busca de melhores condições de vida, tentando conciliar trabalho e acesso a qualificação profissional, na expectativa de melhoria das condições de vida, tendo em vista que no meio rural são poucas as oportunidades de ofertas que possam conciliar trabalho, estudo e acesso a cultura e informação, almejados pelos adolescentes.

As dificuldades inerentes à vida e ao trabalho no meio rural expõem novas perspectivas e dilemas para os que vivem da agricultura, especialmente os mais jovens. Os estudos sobre a juventude rural no Brasil enfatizam o problema da migração do campo para a cidade e o desinteresse dos jovens pelo meio rural e, em especial, pelo trabalho na agricultura (CASTRO, 2008).

A evasão escolar de adolescentes, jovens e adultos no espaço rural, muitas vezes, está associada ao processo migratório para as grandes metrópoles em busca de uma vida melhor: profissão, emprego, estabilidade financeira, continuação dos estudos, dentre outros fatores. Mas, nem sempre os objetivos almejados são realizados, muitos são submetidos a morarem nas regiões periféricas das cidades, enfrentando trabalhos em condições subumanas, com exigência de muito esforço físico além de má remuneração, levando-os a sofrerem cotidianamente um processo de marginalização e exclusão nos espaços urbanos (QUEIROZ, 2009).

Apesar dos investimentos disponibilizados pelo governo federal, especificamente direcionados para os jovens rurais, ainda se percebe que o meio rural necessita de mais atenção das políticas públicas para o combate dos problemas de infraestrutura, transporte e comunicação adequados para atendimento das expectativas da juventude, ansiosa por

conquistar seu espaço neste mundo globalizado, um dos motivos que contribui para o desânimo dos jovens em ocupar atividades na área agropecuária e permanecerem no meio rural.

Entende-se ainda, com base na interpretação dos dados apurados, que a maioria dos alunos das comunidades pesquisadas que estudam ou pretendem estudar no IFES *Campus* Santa Teresa, o fazem por falta de opções de outros cursos profissionalizantes na região, visto que no Município de São Roque do Canaã não existe a oferta de curso de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e em Santa Teresa o único curso existente nesta modalidade, até o ano letivo de 2010, foi o Técnico em Agropecuária oferecido pelo IFES.

Pode-se registrar que no desenrolar desta pesquisa, que teve início em agosto de 2009 e o recorte temporal de 2000 a 2009, tendo em vista um levantamento do número de alunos matriculados no Curso Técnico em Agropecuária do IFES *Campus* Santa Teresa, no ano letivo de 2010, constata-se que houve um aumento no percentual dos alunos provenientes da região, passando a ser de 15,86%.

Acredita-se que este aumento foi motivado pela transformação da Escola Agrotécnica em Instituto Federal, em dezembro de 2008, levando o IFES *Campus* Santa Teresa a oferecer, a partir de 2009, o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, em 2010 três cursos de graduação: Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Ciências Biológicas e Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e, em 2011, o curso Técnico em Meio Ambiente integrado do Ensino Médio. Houve uma ampliação do quadro docente e de servidores técnicos administrativos, novos laboratórios foram construídos, o acervo bibliográfico foi renovado, entre outros incentivos. As mudanças motivaram o surgimento de projetos de extensão, que estão atingindo as comunidades circunvizinhas, levando-as a ter maior confiança e credibilidade na instituição, que esperam melhorias na qualidade do ensino técnico e perspectivas de cursarem o ensino superior.

Registra-se ainda, mais uma motivação aos alunos do município de São Roque do Canaã, a partir de 2010, que se refere à oferta de transporte diário, em convênio com a prefeitura municipal.

Esta inovação deu grande injeção de ânimo na adormecida instituição que está inovando sua estrutura física e de pessoal e, conseqüentemente, atraindo os jovens para o acesso à cultura e informação, dando a eles perspectivas de ingressarem no mundo da ciência e tecnologia e se tornarem profissionais dotados de competências e conhecimentos, de acordo com as exigências deste mundo globalizado.

Percebe-se que a instituição, com suas inovações, está caminhando para o restabelecimento de sua credibilidade e confiança, conquistando assim os jovens estudantes da região.

Conclui-se, com base nas observações obtidas durante as visitas de pesquisa de campo e nas respostas apuradas nos questionários, que existe uma série de motivos que constituem as causas da baixa procura pelo curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFES *Campus* Santa Teresa e que em parte, já estão sendo sanados pela instituição. Dentre eles torna-se evidente a falta de interesse da maioria dos jovens pelo trabalho na agricultura e permanência no meio rural. A instituição necessita de projetos de extensão afinados com as exigências científicas e tecnológicas e da abertura de novos cursos mais atraentes aos jovens. A rejeição pelo regime de internato e a falta de transporte diário para as proximidades constituem fatores que podem contribuir para este desinteresse. Os dados apurados fornecem subsídios a estudos visando ações que possam sanar ou pelo menos minimizar os problemas vivenciados pela Instituição, para tentar restabelecer a confiança e credibilidade no seu trabalho em prol da educação brasileira, conquistado ao longo dos setenta anos de sua atuação na educação profissional.

12 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino médio: múltiplas vozes**. Brasília: UNESCO, MEC, 2003.

ALVES-MAZZOTTI, A.J., GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sócias: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Thomson, 2004.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20/12/1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11/08/1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília, 1971.

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18/10/1982. Altera a Lei nº 5.692, de 11/08/1971. Brasília, 1971.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. MEC. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFES**. 2009-2013.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17/04/1997. Regulamenta a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23/07/2004. Regulamenta a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13/07/2006. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, 2008.

BRASIL. Parecer CNE nº 16/99 – CEB. Aprovado em 05/10/1999. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 17/97. Aprovado em 03/12/1997. Estabelece as diretrizes operacionais para a educação profissional em nível nacional.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 04/99, de 05/10/1999. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico.

BRASIL. Ministério da Educação, Universidade Aberta do Brasil. Informação obtida no site: http://www.uab.mec.gov.br/conteudo.php?co_pagina=20&tipo_pagina=1. Acessado em 18 fev. 2010.

BRUNO, Lúcia. Poder e Administração no Capitalismo Contemporâneo. In: ANDRADE OLIVEIRA, Dalila et al. **Gestão Democrática da Educação**: desafios contemporâneos. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal rurbano**: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. 2005. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_268.doc. Acesso em: 20 jan. 2011.

CARNEIRO, Maria Jose. **Pluriatividade da agricultura no Brasil**: uma reflexão crítica. CPDA/UFRRJ. Disponível em: http://www.cifers.t5.com.br/MJCarneiro_pluriatividade_nobrasil_critica.pdf. Acesso em: 20 jan. 2011.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude Rural**: uma luta cotidiana. Ciências Hum. e Soc. em Revista. Seropédica, RJ, 2008. Disponível em: <http://www.editora.ufrjr.br/revistas/humanasesociais/rch/rch30%20n2/3.pdf>. Acesso em 20 jan. 2011.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza. **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

CIAVATTA, M. **Formação integrada**: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1986.

CURY, Carlos R. Jamil. **A educação escolar, a exclusão e seus destinatários**. Educação em Revista. Belo Horizonte. n. 48, p. 205-222. dez. 2008. Disponível em: [http://www.fae.ufmg.br/revista/revista_48/pa%2001%20Jamil%20Cury%20\(207-224\).pdf](http://www.fae.ufmg.br/revista/revista_48/pa%2001%20Jamil%20Cury%20(207-224).pdf). Acesso em: 20 fev. 2010.

CURY, Carlos R. Jamil. **A educação básica como direito**. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2010.

DELORS, Jacques. et al. **Educação**: um tesouro a descobrir. 6. ed. São Paulo: Cortez. Brasília: MEC/UNESCO, 2001.

DELORS, Jacques. et al. **Educação**: um tesouro a descobrir. Brasília: MEC/UNESCO, 2010.

DEMO, Pedro; TAILLE, Yves de La; HOFFMANN, Jussara. **Grandes pensadores em educação**: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação. 3. ed. São Paulo: Mediação, 2006.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. **Juventude Rural**: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. Brasília: Ipea, 2009.

FERREIRA, Cezar Henrique. **Crédito rural - PRONAF** plano de safra 2008/2009. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2008. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/area/pronaf/Plano_Safra_08_09.pdf. Acesso em: 01 fev 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martins. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio; **A produtividade da escola improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A política de educação profissional no governo lula**: um recurso histórico controvertido. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - out. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2010.

GOMES, Candido Alberto. **Ensino médio obrigatório**: que impactos? Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 21, n. 46, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1580/1580.pdf>. Acesso em: 20 jan 2011.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira**. Barueri: Manole, 2003.

GROSSI, Mauro Del; SILVA, José Graziano da. **Mudanças recentes no mercado de trabalho rural**. Parcerias Estratégicas – Número 22 – Junho 2006. Disponível em: http://www.cgee.org.br/prospeccao/doc_arq/prod/registro/pdf/regdoc3087.pdf. Acesso em: 01 fev 2011.

HADDAD, Sergio. **Educação e exclusão**. Disponível em: http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2300/1/educacao_exclusao_brasil2.pdf Acessado em 20 de fev. de 2010.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013**. 2009.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Campus Santa Teresa**. Disponível em ifes.edu.br/santa-teresa. Acessado em 01 fev. de 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora**: novas exigências educacionais e profissão docente. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCHELLI, Paulo Sérgio. **Expansão e qualidade da educação básica no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.140, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1340140.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2011.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; GOMES, Elenilce; MENDONÇA, Fernanda Lopes. **Política para a educação profissional média nos anos 1997-2007**. Trabalho & Educação – vol. 17, n. 1, jan./ abr. 2008. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/2SF/3-Maues&Mendonca2007.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2010.

MAULINI, Olivier. Saber. In: PERRENOUD, Philippe; et al. **A Escola de A a Z** - 26 maneiras de repensar a educação. São Paulo: Artmed, 2005.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NÓVOA, Antonio. (org.). **Profissão Professor**: Porto. Porto Editora, 1991

OLIVEIRA, Dalila Andrade. (Org.) **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Milon Lopes de; KROHLINH, Aloísio. **A educação em direitos humanos como elemento norteador da concepção humanista dos cursos profissionalizantes do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)**. Artigo aprovado para apresentação no XVIII Congresso Nacional do CONPEDI. Disponível em <www.conpedi.org/trabalhos_aprovados_2009.htm>. Acesso em: 08 de jan. 2010.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner. **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001873/187336por.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2011.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ARAUJO, Gilda Cardoso de. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. Revista Brasileira de Educação. Abr 2005. n. 28. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782005000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 01 fev. 2011.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/sinstitutos.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2011.

PATRÍCIO, Zuleica Maria. **Aplicação dos métodos qualitativos na produção de conhecimento**. Disponível em: <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br>> Acesso em: 9 set. 2009.

QUEIROZ, Sicleide Gonçalves. **Aspectos da Escolarização de Jovens Rurais**: Um Campo de Incertezas e Possibilidades. Universidade Estadual de Feira de Santana. 2009. Disponível em: http://www.pos.ufs.br/antropologia/seciri/down/GT_05/Sicleide_Goncalves_Queiroz.pdf. Acesso em: 01 fev. 2011.

RAMOS, François Silva. **Globalização**: da necessidade do combate a educação que aliena. 2010. Educação. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/40530/1/GLOBALIZACAO-DA-NECESSIDADE-DO-COMBATE-A-EDUCACAO-QUE-AIENA/pagina1.html>. Acesso em: 30 jan. 2010.

REGATTIERI, Marilza; CASTRO, Jane Margareth. **Ensino médio e educação profissional**: desafios da integração. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001864/186402por.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2011.

SENAC. **Planejamento e avaliação**: subsídios para a ação docente - Série Didática para a Educação Profissional. Brasília: SENAC 2005.

SILVA, Márcia; INVERNIZZI, Noela. **Qual educação para os trabalhadores no governo do partido dos trabalhadores?** a educação profissional após o decreto 5154/2004. IV Simpósio Trabalho e Educação – ago. 2007. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/2SF/5-Silva&Invernizzi2007.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2010.

SILVA, Vanda. **Jovens de Um Rural Brasileiro**: Socialização, Educação e Assistência. Cadernos CEDES vol.22 no. 57. Campinas 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622002000200007. Acesso em: 10 dez. 2010.

SZAJDENFISZ, Bela Malvina. **O adolescente e suas escolhas**: contribuições da psicanálise para a escolha profissional. 2008. 119 p. Dissertação (Mestrado em Psicanálise, Saúde e Sociedade). Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/7906/7185>. Acesso em: 10 dez. 2010.

13 ANEXOS

Anexo A

Questionário aplicado aos alunos da última série do Ensino Fundamental das Escolas da rede municipal e estadual dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

QUESTIONÁRIO – Alunos da 8ª série / 9º ano

Este questionário é um instrumento utilizado para a coleta de dados de uma pesquisa sobre o **Estudo do Papel Sócio-Educativo do Instituto Federal do Espírito Santo Campus Santa Teresa**, que estamos realizando por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. As informações aqui prestadas por você serão muito importantes para nós e somente serão utilizadas na nossa pesquisa, com a garantia de sigilo dos nomes das pessoas que responderão. Seja sincero. Você não precisa se identificar.

Agradecemos a sua colaboração.

Eloi José Wulpi – Pesquisador

I - Caracterização do público-alvo:

Nome da Escola:

Município:

() Santa Teresa

() São Roque Canaã

Natureza da Escola:

() Municipal

☐ Estadual

() Federal

() Particular

Sexo:

() Masculino

() Feminino

Idade: anos

II. Expectativas:

1. O que você pretende fazer após a conclusão da 8ª série:

() Continuar os estudos em Escola do Município;

() Continuar os estudos em Escola de outro Município;

() Parar de estudar;

() Não sabe informar.

() Outros:

2. Em caso de continuidade dos seus estudos, o que você pretende cursar?

() Somente o Ensino Médio;

() Um curso profissionalizante integrado ao Ensino Médio;

() Um curso profissionalizante sem o Ensino Médio;

3. Caso você opte em fazer um curso técnico profissionalizante, qual a área profissional preferida?

() Agropecuária;

() Agroindústria;

() Meio Ambiente;

() Saúde;

() Gestão e Planejamento;

() Infraestructura;

() Informática;

() Química

() Artes

() Outras:

III. Relação com o IFES Campus Santa Teresa:

1. Você já ouviu falar do IFES *Campus* Santa Teresa? ☐ Sim ☐ Não.

Se afirmativo, indique através de que: ☐ Amigos ☐ Jornal ☐ Televisão ☐ Parentes
☐ Conhece pessoalmente ☐ Outros meios: _____.

2. O IFES *Campus* Santa Teresa é uma Instituição pública mantida pelo Governo Federal e oferece o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, como opção para continuar os estudos após o ensino fundamental, em regime de internato, que consiste em alojamento, alimentação e lavanderia e semi-internato, que oferece alimentação e lavanderia.

Você já conhecia estas informações? ☐ Sim ☐ Não.

3. Se a decisão fosse sua, você estudaria no IFES *Campus* Santa Teresa? ☐ Sim ☐ Não.
Caso negativo, qual seria a justificativa?

☐ Não se identifica com o curso Técnico em Agropecuária;

☐ Falta de mercado de trabalho para o curso oferecido;

☐ Dificuldade em conseguir vaga no internato;

☐ Prefere ficar perto da família;

☐ Estudaria no regime de semi-internato se houvesse transporte diário;

☐ Outras: _____.

Anexo B

Questionário aplicado aos pais ou responsáveis pelos alunos da última série do Ensino Fundamental das Escolas da rede municipal e estadual dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

QUESTIONÁRIO - Pais de alunos da 8ª série / 9º ano

Este questionário é um instrumento utilizado para a coleta de dados de uma pesquisa sobre o **Estudo do Papel Sócio-educativo do Instituto Federal do Espírito Santo Campus Santa Teresa**, que estamos realizando no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. As informações aqui prestadas por você serão muito importantes para nós e somente serão utilizadas na nossa pesquisa, com a garantia de sigilo dos nomes das pessoas que responderão. Seja sincero. Você não precisa se identificar.

Agradecemos a sua colaboração.
Eloi José Wulpi – Pesquisador

I - Caracterização do público-alvo:

Nome da Escola onde o(a) Filho(a) estuda: _____

Município: ☐ Santa Teresa ☐ São Roque Canaã

Natureza da Escola: ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Particular

II. Expectativas:

1. O que seu(sua) filho(a) irá fazer após a conclusão da 8ª série:

() Continuar os estudos em Escola do Município;

() Continuar os estudos em Escola de outro Município;

() Parar de estudar;

() Não sabe informar;

() Outros: _____

2. Em caso de continuidade dos estudos, que área indicaria para ele(a) no Ensino Médio?

() Agropecuária; () Agroindústria; () Meio Ambiente;

() Saúde; () Gestão e Planejamento; () Infraestrutura;

() Informática; () Química () Artes

() Outras: _____

III. Relação com o IFES Campus Santa Teresa:

1. Você já ouviu falar do IFES Campus Santa Teresa? () Sim () Não.

Se afirmativo, indique através de que: ☐ Amigos ☐ Jornal ☐ Televisão ☐ Parentes
☐ Conhece pessoalmente ☐ Outros meios: _____.

2. O IFES *Campus* Santa Teresa é uma Instituição pública mantida pelo Governo Federal e oferece o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, como opção para continuar os estudos após o ensino fundamental, em regime de internato, que consiste em alojamento, alimentação e lavanderia e semi-internato, que oferece alimentação e lavanderia.

Você já conhecia estas informações? ☐ Sim ☐ Não.

3. Se seu(sua) filho(a) optasse pelo curso Técnico em Agropecuária você indicaria o IFES *Campus* Santa Teresa? ☐ Sim ☐ Não.

Caso negativo, qual seria a justificativa?

- ☐ Falta de mercado de trabalho para o curso Técnico em Agropecuária;
- ☐ Dificuldade em conseguir vaga no internato;
- ☐ Prefere que ele (a) fique perto da família para acompanhamento diário;
- ☐ Indicaria, no regime de semi-internato, se houvesse transporte diário;
- ☐ Falta de condições financeira para as despesas de transporte e manutenção;
- ☐ Outras: _____.

Anexo C

Questionário aplicado aos professores dos alunos da última série do Ensino Fundamental das Escolas da rede municipal e estadual dos Municípios de Santa Teresa e São Roque do Canaã.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

QUESTIONÁRIO - Professores da 8ª série / 9º ano

Este questionário é um instrumento metodológico utilizado para a coleta de dados de uma pesquisa sobre o **Estudo do Papel Sócio-educativo do Instituto Federal do Espírito Santo Campus Santa Teresa**, que estamos realizando no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. As informações aqui prestadas serão muito importantes para nós e somente serão utilizadas na nossa pesquisa, com a garantia de sigilo dos nomes das pessoas que responderão. Seja sincero. Você não precisa se identificar.

Agradecemos a sua colaboração.

Eloi José Wulpi – Pesquisador

I - Caracterização do público-alvo:

Nome da Escola onde trabalha:

Município: () Santa Teresa () São Roque Canaã

Natureza da Escola: ☐ Municipal ☐ Estadual ☐ Federal ☐ Particular

II. Expectativas:

1. O que recomendaria aos seus alunos fazer após a conclusão da 8ª. série?

() Continuar os estudos em Escola do Município;

() Continuar os estudos em Escola de outro Município;

() Parar de estudar;

() Outros. _____

2. Qual área de estudo você recomendaria a seus alunos continuar no Ensino Médio?

() Agropecuária; () Agroindústria; () Meio Ambiente;

() Saúde; () Gestão e Planejamento; () Infraestrutura;

() Informática; () Química () Artes

() Outras: _____

III. Relação com o IFES Campus Santa Teresa:

1. Você já ouviu falar do IFES Campus Santa Teresa? () Sim () Não.

Se afirmativo, indique através de que: () Amigos () Jornal () Televisão () Parentes

() Conhece pessoalmente () Outros meios: _____

2. O IFES *Campus* Santa Teresa é uma Instituição pública mantida pelo Governo Federal e oferece o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, como opção para

continuar os estudos após o ensino fundamental, em regime de internato, que consiste em alojamento, alimentação e lavanderia e semi-internato, que oferece alimentação e lavanderia. Você já conhecia estas informações? () Sim () Não.

3. Se a decisão fosse sua você indicaria para seus alunos o curso Técnico em Agropecuária do IFES *Campus* Santa Teresa? () Sim () Não.

Caso negativo, qual seria a justificativa?

() Falta de mercado de trabalho para o curso Técnico em Agropecuária;

() Não indicaria por causa do regime de internato;

() Indicaria, no regime de semi-internato, se houvesse transporte diário;

() Indicaria um curso onde o aluno ficasse perto da família para acompanhamento diário;

() Outras: _____.

Anexo D

Questionário aplicado aos alunos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFES Campus Santa Teresa.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

Questionário - Alunos do Curso Técnico em Agropecuária Integrado

Este questionário destina-se à coleta de dados que subsidiarão uma pesquisa acerca do **Estudo do Papel Sócio-Educativo do Instituto Federal do Espírito Santo Campus Santa Teresa**, que será realizada por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. As informações aqui prestadas serão muito importantes e somente serão utilizadas com a garantia de que não serão divulgados os nomes das pessoas que responderem. Não é necessário identificar-se.

Agradecemos a sua colaboração. - Eloi José Wulpi – Pesquisador

I - Caracterização do público alvo:

Série: () 1^a () 2^a Sexo: () M () F Regime: () Internato () Semi-internato () Externato
Idade: ____ anos Município onde reside: _____ Estado: ____.

II. Perspectivas e Expectativas:

1. Por quê você se matriculou no curso Técnico em Agropecuária oferecido pelo IFES Campus Santa Teresa?

- () Tem vocação para a área agropecuária;
- () Falta de opção de outros cursos profissionalizantes na região;
- () Porque se interessa apenas pelo Ensino Médio em uma Escola Federal;
- () Outros motivos: _____

2. O que você pretende fazer após a conclusão do Curso Técnico em Agropecuária?

- () Somente trabalhar na área agropecuária;
- () Continuar os estudos em curso Superior na mesma área;
- () Continuar os estudos no curso Superior em outra área;
- () Outros: _____

III. Relação com o IFES Campus Santa Teresa.

1 - Você considera que suas expectativas estão sendo atendidas com relação ao curso e à Instituição?

() Sim. () Não. Por que: _____

_____.

2. Considerando os aspectos gerais, faça aqui sua sugestão ou comentário a respeito do IFES *Campus* Santa Teresa.

_____.